

# LUTO É VERBO

TRIBUNAL DO  
GENOCÍDIO PEDE  
RESPONSABILIZAÇÃO  
DE BOLSONARO



Mantendo a tradição, comunidade puquiana realiza julgamento de atrocidades cometidas durante a pandemia e relembra antigas lutas pela democracia

# Editorial

## Quando começa o Carnaval?

Pouco depois dos últimos blocos deixarem as ruas, aglomeração virou palavra perigosa. Sem contato, sem beijo, cumprimento só pelos cotovelos, respeite o isolamento. O carnaval ficou para trás, mas deixou as máscaras. Sem fantasia, sem adereços, folia nem pensar. Aliás, avise a escola da vez que o portão já fechou, mas que o relógio segue cronometrando.

Na virada do ano, a incerteza tomou as avenidas. Semana atrás de semana, um dia de cada vez. A esperança ganhou vários nomes, e foi sendo injetada em quem deixasse. Algumas festas aqui, outras maiores ali, mas ainda não dá para ter certeza. Feche a janela. Não há nada lá fora.

Eis que os tambores ressoam pelas ruas, trazendo o reco-reco, o surdo, o agogô e a cuíca. As vozes vão se aglomerando em silêncio, à postos, aguardando o sinal do portão. O povo se reúne nas janelas, com os noticiários no último volume. Seria esse o fim da Quarentena de Cinzas? As baterias estão aquecidas e prontas para retomar as festas, mas os pés continuam atrás, receosos quanto ao portão destrancado.

“A única certeza que a gente tem é que estamos vacinando todo mundo e, com todo mundo vacinado, a vida volta ao normal”, anunciou o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. “Quem vai ficar fazendo distanciamento no Carnaval? Fica até ridículo, pedindo um metro de distância. Se tivesse, eu seria o primeiro a desrespeitar”.

O Carnaval faz isso com a gente. Exalta nossos ânimos, diminui os perigos e traz à tona a liberdade, que foi tão isolada durante o resto do ano. Em quase dois anos de pandemia, as festas soam distantes, mas possíveis. O povo que tanto se distanciou, que tanto perdeu e que abraçou o medo, hoje ouve os pandeiros em consolo: “Leva esse pranto pra bem longe de nós, não deixe nada pra depois, é a saudade que me diz que ainda é tempo pra viver feliz”.

### PUC PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

**Reitora** Maria Amalia Pie Abib Andery  
**Vice-Reitor** Prof. Dr. Pedro Paulo Teixeira Manus  
**Pró-Reitor de Pós-Graduação** Márcio Alves da Fonseca  
**Pró-Reitora de Graduação** Alexandra Fogli Serpa Geraldini  
**Pró-Reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão** Marcia Flaire Pedroza  
**Pró-Reitora de Educação Continuada** Profa. Dra. Altair Cadrobbi Pupo  
**Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias** Profa. Dra. Monica de Melo  
**Chefe de Gabinete** Mariangela Belfiore Wanderley

### FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

**Diretora** Angela Brambillia P. Lessa  
**Diretor Adjunto** Fabio Cypriano  
**Chefe do Departamento de Comunicação** MiSake Tanaka  
**Vice-chefe do Departamento de Comunicação** Mauro Peron  
**Coordenador do Curso de Jornalismo** Diogo de Hollanda  
**Vice-coordenadora do Curso de Jornalismo** Maria Angela Di Sessa

### EXPEDIENTE CONTRAPONTO

**Editora Responsável** Anna Flávia Feldmann  
**Editora assistente** Ligia de Toledo Saicali  
**Fotografia** Sarah Catherine Camara de Seles  
**Mídias Sociais** Sabrina Legramandi e Tabitha Ramalho

#### Editorias

**Cidades** Sarah Catherine Camara de Seles  
**Cultura** Isabella Marinho  
**Direitos Humanos** Danilo Zelic  
**Educação** Andre Nunes  
**Esportes** Sofia Aguiar  
**Internacional** Manuela Nicotero Pestana  
**Moda** Malu Marinho  
**Política** Hadass Leventhal

**Revisão** Beatriz Aguiar, Enrico Souto, Gabriela Costa, Gabriella Lopes, Isabela Mendes, Isabella Pugliese, Laura Mariano, Ligia de Toledo Saicali, Manuela Nicotero Pestana, Sabrina Alvares, Sofia Aguiar e Victoria Nogueira

**Comitê Laboratorial** Cristiano Burmester, Fabio Cypriano, José Arbex Jr., Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

**Ombudsman** Rute Pina

**Foto da capa** Fotografia original: Marcelo Camargo/Agência Brasil

**Projeto e diagramação** Alline Bullara

**Contraponto** é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes  
CEP 05014-901 – São Paulo-SP  
Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 130 – Outubro/Novembro de 2021



© Agência Senado

## Política

Luto é verbo: Tribunal do genocídio pede responsabilização de Bolsonaro .....	4
Anestesiados: mais que estatísticas, os números são histórias.....	8
Pandora Papers: a contribuição do jornalismo investigativo e o compromisso com o resgate histórico.....	10
As cores que salvam: o emblema das campanhas mensais e suas causas .....	12
Estereótipo racial afeta vida de mulheres amarelas no Brasil .....	14
Mulheres no volante: as dificuldades de motoristas no transporte público .....	15

## Internacional

Os outros 11 de setembro .....	16
--------------------------------	----



© Getty Images

## Cultura e comportamento

Do K-Pop ao Mainstream: a ascensão da Coreia do Sul como potência cultural .....	19
Somos frutos do carnaval.....	20
“Associação”: o protesto de MC’s contra a criminalização do Funk.....	22
Da Vagabanda às Five: Malhação pode dar adeus às televisões brasileiras depois de 26 anos no ar .....	23
O início de uma nova fase de Britney Spears .....	24
“Taylor’s version”: a regravação do trabalho de Taylor Swift .....	25
A Espetacularização da Violência e seus Meios de Consumo .....	26
A influência das redes sociais em transtornos alimentares .....	28
Monólogos nas redes sociais inviabilizam soluções para pautas importantes.....	29

© Reprodução/Site Eu Sem Fronteiras



## Ensaio de fotos ..... 30

## Esportes

O persistente descaso com os gramados em estádios brasileiros.....	32
A volta do público aos estádios .....	34

© Lucas Malagone





# Luto é verbo: Tribunal do genocídio pede responsabilização de Bolsonaro

*Mantendo a tradição, comunidade puquiana realiza julgamento de atrocidades cometidas durante a pandemia e relembra antigas lutas pela democracia*

Por Danilo Zelic, Giovanna Crescitelli, Hadass Leventhal, Laura Mariano, Rafaela Reis Serra e Sabrina Legramandi



“ Não fizemos até o fim aquilo que deveria ter sido feito, quando terminou a ditadura. ”

José Arbex Jr., jornalista e professor da PUC-SP.

Dia 22 de setembro de 1977, São Paulo. Às 21 horas, dois mil universitários ao redor do Teatro da Universidade Católica (TUCA) realizavam, em frente à Pontifícia Universidade Católica (PUC), o terceiro Encontro Nacional de Estudantes (ENE), previamente proibido pelo regime militar. Juntos, comemoravam a reorganização da União Nacional dos Estudantes, articulada clandestinamente. O início do ato público se deu através da leitura de uma carta aberta. Até que a assembleia foi interrompida pela chegada de policiais.

A ação havia sido comandada pelo coronel Erasmo Dias, na época, secretário

de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Os carros das tropas cercaram a Rua Monte Alegre, onde os estudantes se encontravam. Os jovens foram recebidos com bombas de gás lacrimogêneo, cacetadas e ofensas. Muitos correram para dentro da universidade, esperando que a polícia não invadisse o campus. Porém, ela entrou mesmo assim.

“Foi uma operação de guerra”, recorda José Arbex Jr., jornalista e professor da PUC-SP, para o **Contraponto**. Quando viu a violência da polícia, o então estudante de Engenharia Química na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) decidiu se arriscar. Respirou fundo e andou na direção dos policiais, passando entre eles. “Ninguém me interrompeu, mas se algum deles me acertasse e os outros viessem em cima, eu estaria morto”.

Em meio a portas arrombadas, armários invadidos e vidraças quebradas, os soldados arrancaram alunos, professores e funcionários de suas atividades, conduzindo todos ao estacionamento do campus. Após uma triagem, todos aqueles que não trabalhavam ou estudavam na PUC foram presos, juntamente com os feridos. Foram levadas ao Primeiro Batalhão Tobias de Aguiar (ROTA) 422 pessoas, e 92 estudantes foram encaminhados para a sede do Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS).

Diante das pessoas que foram arrancadas de seus exercícios universitários e acudadas em um estacionamento em frente à Reitoria, o coronel Dias berrou: “É proibido falar. Só quem fala aqui sou



© Comissão da Verdade da PUC-SP

Invasão da PUC-SP em 1977





Alunos, professores e funcionários conduzidos pelo campus, detidos pela polícia e encaminhados ao batalhão da ROTA



© Comissão da Verdade da PUC-SP

# PUC-SP

eu". Ao todo, 37 universitários foram acusados de organizar o ato pela Lei de Segurança Nacional. Seis deles estudavam na PUC. A noite do dia 22 ficou marcada por um rastro de destruição, truculência e depredação na PUC-SP, nas paredes e nas pessoas. Até os dias de hoje, é possível ver as consequências na vida daqueles que vivenciaram esse momento.

Quarenta e quatro anos depois da invasão à PUC, Jair Messias Bolsonaro está em seu terceiro ano como presidente do Brasil, em 2021, marcado por inúmeras controvérsias e ações desastrosas frente à pandemia da Covid-19. Como consequência de seus atos, não temos apenas 37 acusados, mas sim, mais de 600 mil mortes pelo coronavírus.

"Existe uma ligação direta entre o legado da ditadura militar e o atual governo. No fundo, é a mesma luta", comenta Arbex, e relembra os elogios públicos que o atual presidente fez a um dos torturadores mais famosos da época da ditadura, coronel Brilhante Ustra. Evidentemente, Bolsonaro também coleciona momentos de censura e silenciamento, como fez com a jornalista Laurene Santos da TV Vanguarda, ao dizer: "Vocês são uma porcaria de imprensa! Cala a boca!", quando questionado sobre o uso de máscara numa visita à Guaratinguetá, no interior de São Paulo, onde o uso segue obrigatório em todos os locais, conforme Decreto Estadual 64.959.

Mais uma vez, José Arbex Jr é parte de uma mobilização política no Teatro TUCA, agora como integrante do Coletivo Professor André Naveiro Russo. O nome do coletivo faz homenagem ao professor e jornalista, vítima da Covid-19,

em 20 de junho de 2021, que lecionava no curso de Jornalismo da PUC-SP. O radialista ficou internado por 10 dias antes de falecer. Russo não chegou a tomar a segunda dose da vacina em tempo hábil para evitar complicações. Aos 50 anos, ele era conhecido por sua personalidade calma e gentil.

Arbex afirma que as questões não resolvidas na época da ditadura, como a condenação dos torturadores, a prisão dos generais que comandaram o período, a prisão dos grupos de direita que faziam atentados, que, segundo ele, foram acobertadas pela Lei da Anistia, ainda estão vivas. "Não fizemos até o fim aquilo que deveria ter sido feito, quando terminou a ditadura".

No dia **25 de novembro de 2021, das 8h30 às 12h**, acontecerá a mobilização organizada pelo coletivo de professores, estudantes e trabalhadores da instituição: O Tribunal do Genocídio. O julgamento simbólico de Bolsonaro na pandemia contará com participação da desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Estado de São Kenarik Boujikian, que atuará como magistrada; a ex-Procuradora Geral da República, Déborah Duprat fará a acusação, e Fábio Tofic Simantob, advogado criminalista e conselheiro do IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa) defenderá o Presidente da República.

Em nota, os organizadores do evento afirmam que a sociedade não pode ficar observando a tragédia. "Impõe-se a necessidade da instalação imediata de um Tribunal para julgar os atos e omissões dos responsáveis pelas mais de 600 mil mortes no Brasil em razão da pandemia. A grande





Trincheiras coletivas abertas em Manaus em maio de 2020; manifestante com placa escrita Bolsonaro Genocida; ato Fora Bolsonaro realizado em Brasília

maioria das vítimas veio a óbito porque os responsáveis pela administração pública federal adotaram uma política negacionista, irresponsável e desumana”, afirmam. A iniciativa, que conta com apoio da reitoria da instituição, está prevista para ocorrer no TUCA, com adoção de protocolos sanitários. O evento também será transmitido pela TV PUC e organizações da sociedade civil podem constituir assistentes da acusação e apresentar informações até o dia 24 de novembro.

Em entrevista para o **Contraponto**, Deborah Duprat compreende que a realização de um tribunal popular, como o Tribunal do Genocídio, é uma válvula de escape da sociedade contra a inércia institucional. “Não deixar passar batido a barbárie que foi a atuação do governo Bolsonaro no contexto da pandemia”, diz.

No Tribunal, Duprat irá exercer o papel representando a sociedade e apresentar a acusação. No sentido da acusação, está em dúvida se o parecer será direcionado especificamente ao presidente Jair Bolsonaro ou a seu governo. Ela lembra da reunião de abril de 2020, quando os ex-ministros presentes, Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública), Abraham Weintraub (Educação) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores), expuseram suas opiniões sobre temas caros a Bolsonaro. Segundo a subprocuradora, aquela reunião é um exemplo concreto de que quem comanda a burocracia do Estado brasileiro é o Bolsonaro. “Quando o presidente Bolsonaro indica alguém para um cargo, ele indica mediante a plena adesão às suas convicções”.





A advogada analisa as posições do governo Bolsonaro na pandemia não como erros, mas ações que tiveram intencionalidade, tal qual a negligência na aquisição de vacinas; a exposição de populações mais vulneráveis – como as que moram nas periferias, as comunidades tradicionais e os povos indígenas – à contaminação; e o posicionamento da Secretaria de Comunicação da Presidência da República contrário às medidas de isolamento adotadas pelos governos estaduais.

Um dos principais pontos que rendeu atritos no grupo de senadores que integram o chamado G7, na CPI da Covid, foi a retirada do crime de genocídio contra os povos indígenas, sobretudo entre o presidente da Comissão, Omar Aziz (PSD-AM), e o relator Renan Calheiros (MDB-AL), a favor e contra, respectivamente. Mesmo que não haja uma ação sobre o crime de genocídio dos povos indígenas, que para Duprat, “está na mira” para a elaboração da acusação no Tribunal do Genocídio, ela avalia que o relatório final da CPI tem “consistência o suficiente para constranger o Procurador Geral, Augusto Aras, a abrir linhas de investigação”.

Sobre a realização do Tribunal ocorrer no TUC, a advogada acredita que tem uma “simbologia muito importante”, mas ressalta que vai além do espaço escolhido. “A questão da morte de um professor, a morte de um transmissor de

conhecimento, isso também tem uma simbologia absurda, ter todo o coletivo da PUC de acordo, de que é preciso fazer alguma coisa”, comenta Duprat.

Para ela, a realização de um tribunal popular é algo que coincide com uma ação simbólica e um posicionamento que pode ter efeito dentro do sistema de justiça. “Ele [Tribunal] será uma fonte para eventuais processos, ou no futuro para uma fonte de justiça de transição”. A advogada pontua o quão importante é a coleta de informações, como é no caso da CPI da Covid e no Tribunal, lembrando que “compilar informações que nós tivemos uma época de graves e severas violações aos direitos humanos, e se não soubemos enfrentá-la com verdade, nós não vamos superá-la”.

Para além de provocar um debate acerca dos crimes cometidos pelo governo, o Tribunal do Genocídio, para José Arbex Jr, reflete algo essencial: a importância da universidade. Para o professor, “é completamente errado afirmar que o ambiente acadêmico não possui relevância na sociedade por ser composto por gente de classe média e branca, na sua maioria, e por não produzir bens materiais”.

Ele admite que, de fato, a universidade é uma minoria, mas o que é produzido dentro dela reflete diretamente em ações de mudança. Como exemplo, Arbex cita a criação do maior partido popular do

Brasil, o PT (Partido dos Trabalhadores). “Por volta de 1978 e 1979, tanto o movimento estudantil quanto professores, principalmente da USP, tiveram uma participação importantíssima na fundação do partido”, conta. Nomes como Marilena Chaui, Florestan Fernandes e Paulo Freire foram essenciais para a orientação do programa político do PT na época.

É por esse motivo que Arbex afirma que, apesar das limitações, ter uma ação como o Tribunal do Genocídio dentro da PUC-SP pode ser capaz de provocar verdadeiras mudanças no curso da história do país. O professor ressalta que a Pontifícia é um centro produtor de debates, ideias, ações, palavras de ordem e ações concretas que, de uma forma ou de outra, ajudam a criar um ambiente propício ao debate e ao avanço das pautas democráticas.

“Eu acredito que o papel da universidade é manter uma memória crítica da sociedade”, diz o jornalista. “O Tribunal tem a função de ser a manifestação de uma comunidade universitária importante no Brasil, como é a PUC, no sentido de que, a universidade é um espaço de reflexão, mas também de luta, de resistência em que nós colocamos o saber universitário a serviço de uma luta contra o nazismo. Isso faz parte da tradição da PUC, ela é um espaço de liberdade de resistência”, finaliza.



© Montagem por Giovanna Crescitelli



# Anestesiados: mais que estatísticas, os números são histórias

*O Brasil chegou a 600 mil mortos e assistiu, atônito, os familiares chorando as perdas de seus entes queridos*

Por Ana Carolina Coelho, Giulia Moreira, Luan Leão, Sophia Dolores e Tábata Santos

Dia 17 de março de 2020, o Brasil notificou o primeiro óbito pelo novo coronavírus no país. Em 10 de abril, o número de vítimas fatais da Covid-19 já passava de mil. Na segunda semana de maio, o país viu a marca de 10 mil mortos ser ultrapassada. No dia 8 de agosto de 2020, a marca era de 100 mil vítimas fatais pela doença. Exatos cinco meses depois, no dia 7 de janeiro de 2021, o número de óbitos já era de 200 mil. 24 de março de 2021, mais uma marca, os brasileiros assistem o país chegar a 300 mil mortes. 29 de abril de 2021, já eram 400 mil vidas perdidas. 19 de junho de 2021, 459 dias depois da primeira morte, o Brasil chegou a lamentável marca de 500 mil óbitos. 8 de outubro de 2021, o país atingiu 600 mil brasileiros perdidos.

De 1 para 10, de 10 para 100, de 100 para 1.000, os números subiram cada vez mais depressa. O que se pôde observar foi um país apático, anestesiado, bombardeado por estatísticas em todos os lugares. Em entrevista ao **Contraponto**, a psicóloga Silvia Letícia falou sobre o olhar inerte da sociedade. “O luto, principalmente nessa sequência que a gente está vivenciando, se tornou banalizado logo nos três primeiros meses da pandemia, porque a mídia massificou bastante o assunto. De repente os números já excederam aquilo que a gente conseguia calcular e visualizar”, explica.

Nesse cenário, ficou cada vez mais difícil lidar com as vítimas como pessoas, com suas próprias histórias, pertencentes a relacionamentos, e com sonhos. “Aqueles imagens iniciais mostrando várias valas e túmulos abertos, chocavam inicialmente, quando a gente conseguia contabilizar, mas, quando os números excederam a terceira casa, já não cabia mais dentro do nosso espaço imaginário”, afirma a psicóloga.

Com o turbilhão de informações, que se atualizavam a cada momento, de alguns foi tirado o direito de sofrer. “É como se eu não pudesse sofrer porque morreu alguém meu, porque olha só, tem mais não sei quantas mil pessoas sofrendo também [...] Então, quando a coisa toma uma proporção muito grande, eu perco o direito à individualidade”, comenta Silvia.

Cada uma dessas pessoas sofreu uma dor particular e precisou aprender a lidar com um novo, longo e difícil processo: o luto. A psicóloga ressalta o prejuízo da massificação desse processo. “Foi muito ruim, porque tirou, sim, o direito das

pessoas de se verem no lugar da sua dor, de gritarem a sua dor”, diz. Não são apenas 600 mil vítimas fatais, são também milhares de familiares e amigos que sofreram perdas irreparáveis.

## “Foi uma coisa que realmente acabou com a nossa família”

João Rodrigues da Silva, 89, e Djanira dos Santos, 73, eram casados e moradores da cidade de Mauá-SP, região do grande ABC. Bruna da Silva, 32, uma das duas filhas de criação do casal, conversou com o **Contraponto**.

“Eles me adotaram quando eu tinha três anos de idade e minha mãe faleceu. Eles eram e sempre serão minha mãe e meu pai”, explicou sobre sua relação com o casal.

Bruna morava com os pais e mais um tio – irmão de Djanira – Antonio Carlos dos Santos, 70. Os três faleceram em decorrência do novo coronavírus no começo do ano. Além dos pais e do tio, a família perdeu outros dois parentes para a Covid-19. Em dezembro de 2020, José Vicente da Silva, 59, e, em janeiro de 2021, Diomar Marlene dos Santos Rosa, 72. “Foram meses muito complicados, de dezembro a março, foram meses que pareciam que nunca iam passar [...] E foi uma coisa muito inesperada, ‘né’?! Nós não temos ideia de como eles pegaram. De dezembro até março, foram cinco pessoas que faleceram. Faleceram três tios, o meu pai e a minha mãe”, contou.

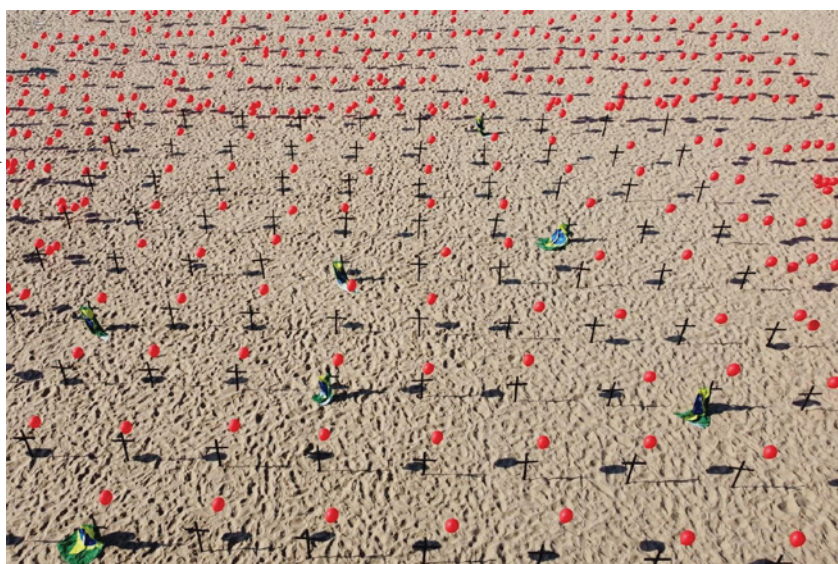
Em meio à lembrança dos meses iniciais do ano, ela relatou o momento mais delicado. “A parte mais difícil foi em fevereiro, quando nós enterramos a minha mãe, porque nós enterramos o meu tio em um dia, e a minha mãe no outro. Foram dois dias seguidos enterrando pessoas que moravam na minha casa, junto comigo”. Bruna conta que sua irmã, Cintia da Silva, 36, não consegue voltar à casa dos pais desde o começo do ano. “Desde quando aconteceu isso, ela não tem forças nem para vir aqui em casa. [...] Ela fala ‘eu não consigo ir aí. Eu não consigo chegar e lembrar e ver que eles não estão aí’. É um processo muito dolorido.”

Durante a conversa, Bruna falou sobre uma tia, irmã de Djanira e Diomar,

que lamenta todos os dias a ausência das irmãs. “Ela também já tem quase 80 anos de idade, todos os dias chora e não entende por que todos faleceram de uma vez só. Questiona porquê Deus permitiu isso com a nossa família”, diz.

A respeito do processo do luto, ela relata, em meio a lágrimas, o sentimento de solidão que vive. “Na minha casa havia três pessoas que moravam comigo e agora ‘tô’ sozinha. Então, é um processo muito longo, é uma perda muito grande. Não tem nem como descrever para você”. Foi uma coisa que realmente acabou com a nossa família [...] Mas a gente tá tentando caminhar, tentando seguir”, encerrou Bruna.

© Alexandre Brum/Estadão Conteúdo



ONG Rio de Paz, realizou um ato simbólico em memória dos 100 mil brasileiros mortos pela pandemia no Rio de Janeiro

João e Djanira, ou simplesmente Deja – apelido pelo qual a chamavam – eram definidos como carinhosos pela família e amigos. Entre os dois, há 43 anos casados, se chamavam carinhosamente pelo apelido de “bem”. Deixaram as filhas, Bruna e Cintia, os amigos e muitas saudades em todos que os conheciam.

## A dor na CPI

No dia 18 de outubro, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, ouviu depoimentos comoventes de brasileiros que perderam parentes para a Covid-19. Os depoimentos evoluíram repletos de dor, luto e repulsa às condutas do governo Bolsonaro na crise sanitária.

A enfermeira Mayra Pires Lima, 38, contou como foi trabalhar no Amazonas durante a crise enfrentada pelo Estado no início do ano, em meio a falta de insumos

e oxigênio hospitalar para tratar os pacientes internados.

No entanto, esse não foi o ápice da agonia que Mayra presenciou. A enfermeira relatou com muita emoção, que, hoje é responsável por quatro sobrinhos, filhos da sua irmã, Mariza Lima, 36, que faleceu decorrente de complicações do vírus durante a crise em Manaus. “A minha irmã deixou quatro crianças. Entre elas, um casal de gêmeos, que fizeram, no dia 8 de outubro, um ano. A gente não precisa de tapinha nas costas, a gente precisa de valorização”, diz Mayra, ao contar sua sensação diante da perda da irmã e a situação dos profissionais de saúde.

Mayra acrescentou que também foi infectada pelo vírus e perdeu outro irmão para a doença. “Um pouco de bom senso e um pouco de humanidade por parte dos gestores teriam dado um rumo diferente a pandemia do Amazonas”, diz.

Em outro depoimento, Giovanna Gomes Mendes, uma jovem de 19 anos, contou que perdeu o pai e a mãe por complicações da Covid-19, dentro de um intervalo de 14 dias. Após a perda, ela assumiu a guarda de sua irmã, de 11 anos. “Quando meus pais faleceram, perdemos as pessoas que a gente mais amava. Eu precisava da minha irmã e ela precisava de mim. Eu me apoiei nela e ela se apoiou em mim”, relatou Giovanna.

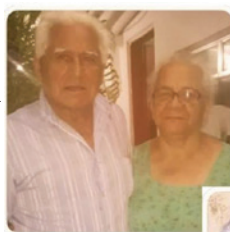
A CPI ouviu também o taxista Márcio Antônio Silva que perdeu o filho, Hugo, de 25 anos. Três dias depois de enterrar o filho, Márcio ouviu o presidente Bolsonaro dizer “E daí?”, após ser questionado sobre os óbitos por Covid. “Eu escutei lá no coração: E daí, que seu filho morreu?”, afirmou emocionado. O taxista esteve presente em uma homenagem aos mortos pela Covid-19 no Rio de Janeiro, no ano passado. Em tom de revolta, o taxista cobrou um pedido de desculpas do presidente por falas que minimizam a crise sanitária e os mortos. “A nossa dor não é mimimi, nós não somos palhaços”.

### Elaboração do luto

Anteriormente à pandemia, um estudo realizado pelo Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil (SINCEP), em 2018, escancarou a falta de preparo dos brasileiros ao lidar com a morte e o luto. Dentre os entrevistados, 68% responderam afirmativamente que possuem grandes dificuldades em passar por este processo. Nos principais resultados, está a baixa presença do tema no dia a dia: 74% afirmam não falar sobre a morte no cotidiano. No entanto, com a pandemia, passou a ser inevitável não se falar em morte dentro dos lares.

A psicóloga Silvia Letícia falou sobre a necessidade de se viver todos os processos do luto. “A Covid pega você de repente [...] ela fez a pior de todas as coisas que é nos tirar o direito da despedida [...], e para o luto, a gente precisa ver”, explica.

© Arquivo Pessoal



João Rodrigues, 89, e Djanira Santos, 78



Diomar Rosa, 72



Antônio Carlos dos Santos, 70



José Vicente, 59

A especialista aponta ainda a importância das cerimônias de despedidas, até mesmo por ser um ato cultural. “A nossa forma, é ir lá, velar o corpo, ver o corpo, chorar sobre falar a respeito, ter uma cerimônia religiosa conforme o credo da família”. A ausência desses rituais, segundo Silvia, pode trazer sequelas, deixando uma sensação assombrosa e muito sofrimento.

Com as lacunas no processo de luto coletivo, a psicóloga falou sobre a importância do acolhimento nas relações. “Como seria bom poder reencontrar todo mundo agora e dar os abraços que não foram dados. Mas não é só o abraço físico não, sabe?! Olhar no olho do outro e dizer assim: “eu soube da sua dor, eu vi a sua dor, eu lamento a sua dor”.

### Projeto Inumeráveis

Em meio à pandemia surgiu, através do artista Edson Pavoni e do empreendedor social Rogério Oliveira, o projeto “Inumeráveis”, um memorial online que se dedica a contar a história das vítimas do vírus. O projeto nasce com o intuito de transformar números em pessoas reais. “A ideia do Inumeráveis surge de um sentimento de inquietação, que partiu da percepção de que a pandemia estava sendo tratada de maneira fria e calculista, e de que as vidas estavam sem nenhuma importância, elas foram transformadas em números”, diz Gabriela Veiga, Líder de Diversidade e de comunicação.

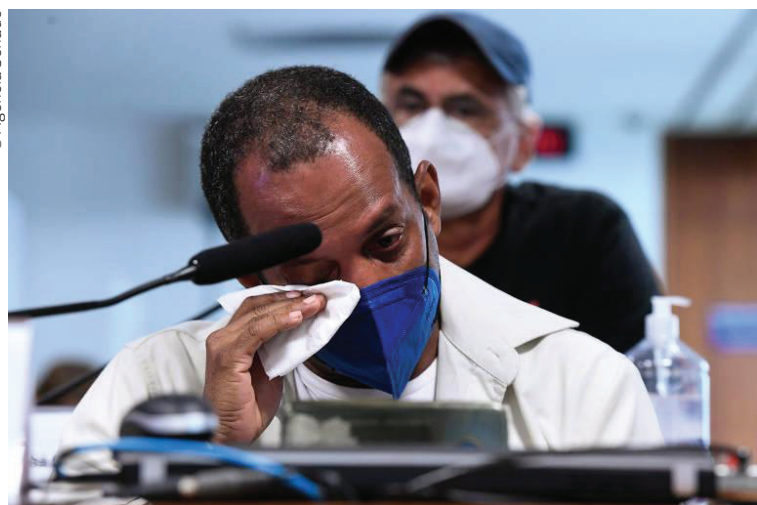
O Inumeráveis conta com um núcleo de oito pessoas e já passaram pelo projeto mais de 500 voluntários que se organizam entre apuradores, jornalistas, escritores e editores. Segundo Gabriela, existe um processo muito bem elaborado que vai desde ouvir a história até a publicação, para que a história saia com o nível máximo de excelência. As histórias dispostas no memorial chegam inicialmente, em sua maioria, através do site [www.inumeraveis.com.br/enviar](http://www.inumeraveis.com.br/enviar), o qual qualquer um pode acessar e contar a história da pessoa que se foi. “A nossa meta é contar todas as histórias, 600 mil, infelizmente. A gente não pretende parar”, enfatiza Gabriela.

O Inumeráveis contará com um memorial físico, ainda sem data para inauguração. Gabriela explicou sobre o processo criativo dessa obra, que surgiu após a percepção do distanciamento da sociedade desse assunto. “Foi aí que a gente entendeu que ‘não são números’, a gente precisava ir para outro lugar, onde pudesse tratar a memória”.

O memorial físico é uma obra arquitetônica, que será implantada em alguma área verde de São Paulo ou Brasília. O desenho é do artista Edson Pavoni e participam dessa elaboração especialistas em luto e a Gabriela Veiga, que também é bióloga. “Esse memorial sugere uma jornada para qualquer pessoa, mas principalmente para as pessoas enlutadas. É um memorial que tem começo, meio e fim, e você o atravessa dentro dessa sugestão que a gente está fazendo de etapas do luto”, explica.

O Inumeráveis ressignificou a busca por eternizar a vida das vítimas da Covid-19 e ser fonte de acalento para os familiares e amigos em luto. “Agora a gente está com outro conceito que é ‘nós não vamos esquecer!’ [...] A gente já vai ter o passivo emocional do luto, agora o passivo emocional de não cuidar dessa memória, de deixar que essas pessoas e essas vidas passem assim, sem serem celebradas, lembradas, isso a gente não vai deixar”, finaliza Veiga.

© Agência Senado



Edilson Rodrigues chora a morte de entes queridos



# Pandora Papers: a contribuição do jornalismo investigativo e o compromisso com o resgate histórico

Por Ana Karolina Reis, Daniela Oliveira, Duda Moura, Giovanna Crescitelli e Nathalia Teixeira

O *Pandora Papers* é um projeto do Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ) que investiga paraísos fiscais ao redor do mundo. Centenas de jornalistas de diferentes países participaram da ação em que empresários, artistas e políticos tiveram seus nomes ligados a empresas fantasmas internacionais em países onde a tributação fiscal é pequena ou inexistente. Grandes nomes da política internacional, como o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair e outros 33 nomes de líderes da atualidade estão no mega vazamento. Mais de 300 funcionários públicos são citados nos arquivos. No Brasil, Paulo Guedes, Ministro da Economia, e Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, aparecem como donos de empresas *offshore*.

A estratégia, que esconde bilhões de dólares, é quase simples. O dinheiro é enviado para as contas das empresas, sediadas em paraísos fiscais, evitando o pagamento de impostos sobre renda. No Brasil, desde que a empresa seja declarada à Receita Federal e ao Banco Central, ser dono de uma *offshore* não é ilegal. Entretanto, quando figuras relacionadas ao governo estão em um modelo de negócio extremamente sigiloso, a questão se torna de interesse público.

Há mais de 5 anos, o ICIJ publicou o *Panama Papers*, uma série de reportagens

sobre o esquema de sonegação de impostos usando paraísos fiscais. Até hoje, as descobertas impulsionam batalhas e mudanças legislativas. Na época, o centro global dessas operações era o Panamá. Logo após a exposição desses dados, novos locais começaram a ser investigados, como as Ilhas Virgens Britânicas, que é o foco do *Pandora Papers*.

Para o *Pandora Papers* acontecer, o *Panama Papers* precisou existir e, sem o *Paradise Papers*, a investigação não seria possível. Cada vazamento, por conta da investigação realizada, abrange mais elementos para fornecer uma leitura mais profunda do funcionamento das *offshores*. A base vem da interpretação da correlação de bilhares de dados, que, apurados pelas mãos dos jornalistas, contam uma história. O manuseio e o volume deste tipo de informações se aperfeiçoam cada vez mais.

O cuidado com a privacidade de fontes e o uso responsável do material cria um legado positivo com fontes e leitores. “O grande trunfo da ICIJ é justamente a independência – dá respeito e respaldo ao trabalho, transmitindo confiança para aqueles que decidem vazar esses dados, crendo que essa informação será usada e a identidade da fonte será protegida. Isso é uma construção de muito tempo – a coalizão foi fundada na década de 90, quando o *Panama Papers*

ficou bem famoso, é uma construção de muito tempo”, relata Lucas Marchesini, jornalista que participou da apuração.

Na América Latina, o *Pandora Papers* denunciou 14 autoridades políticas por envolvimento em paraísos fiscais. Juntamente com o Caribe, as regiões se destacaram e foram consideradas o epicentro. O vazamento levou ao pedido de impeachment do atual presidente do Chile, Sebastián Piñera. O político, durante seu primeiro mandato em 2010, vendeu a mina Dominga e recebeu 3 parcelas milionárias desviadas para companhias *offshore*. No ato de recebimento da última parcela, o presidente aprovou uma obra que consistia na construção de uma mina para extração de ferro e cobre e de um porto para escoar a produção em área de preservação ambiental, o arquipélago Humboldt, um dos ecossistemas mais ricos do mundo. Piñera agiu de forma imoral e os deputados da oposição apresentaram ao congresso um pedido de impeachment.

No Brasil, Paulo Guedes e Roberto Campos Neto tiveram dados vazados que comprovam que ambos possuem *offshores* no exterior. Segundo o artigo 5º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, é proibido funcionários públicos do alto escalão manterem aplicações financeiras (tanto nacionais, quanto internacionais) livres de políticas governamentais, a partir do momento que não sejam declaradas à Receita Federal a existência dessas aplicações. Ao infringir o Código de Conduta da Alta Administração Federal, a punição pode variar entre ser demitido ou receber uma advertência. A Comissão de Ética Pública que analisou o caso do ministro Paulo Guedes arquivou o caso por não ter encontrado irregularidades.

A prática do jornalismo investigativo jogou luz sobre esses fatos e os trouxe para o centro do debate, tornando o tema uma agenda global. Aqueles com maior influência e recursos conseguem se camuflar por trás de legislações e burocracias, de modo que o jornalismo investigativo é a melhor ferramenta para trazer ao debate público os fatos que os poderosos querem esconder. No mundo hiper conectado, vazamentos jornalísticos causam abalo na esfera pública. Marchesini coloca que trabalhar nesse tipo de ação é como “realizar um trabalho de formiguinha, cada um faz um pouquinho para construir algo muito grande”. É um trabalho colaborativo feito com base em um grande banco de dados investigado por múltiplos jornalistas com diversas fontes de financiamento.

© Giovanna Crescitelli







© Montagem por Giovanna Crescibelli;  
Imagens: Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos

Os jornalistas investigativos não estão restritos aos vazamentos de dados, e a transparência e a comprovação de dados relevantes são aliadas. A Lei de Acesso à Informação, sancionada em 2011 e regulamentada em 2012, é uma das maiores ferramentas de divulgação de informações de interesse público, e assegura a transparência na administração pública. Esses dados podem ser utilizados, não só por veículos de imprensa na elaboração e transmissão de conhecimento de interesse amplo da sociedade, mas como por qualquer pessoa física e jurídica. As informações coletadas precisam ser de qualidade, autênticas e com o máximo de detalhamento possível, sem modificações por parte das fontes. Com o passar do tempo, mais jornalistas se apoderaram da LAI em suas apurações, aproximando informações importantes e exclusivas da sociedade.

A constante vigilância é relevante na manutenção da democracia – assim como a quebra do monopólio da comunicação, a fiscalização e tornar conhecidos os dados de domínio público. Lucas Marchesini afirma que a presença de diferentes veículos e mídias independentes ajuda a trazer para o debate temas que a grande mídia poderia deixar de abordar. Em 2016, o jornalista Fernando Rodrigues apontou que 14 empresários da mídia e jornalistas tiveram seus nomes relacionados pelo *Panama Papers*.

Durante a pandemia, se intensificou a dificuldade na obtenção de dados. A crise sanitária foi usada como pretexto para a não divulgação de informações e, consequentemente, censurá-las. Em 23 de março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) editou a Medida Provisória (MP) 928, em que suspende os prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena, teletrabalho

ou equivalentes. O ministro Alexandre de Moraes revogou as alterações feitas na MP por Bolsonaro, e a suspensão foi mantida pelo STF. O ministro diz que a alteração trouxe restrições ao acesso à informação, garantida constitucionalmente, e vai contra os princípios da transparência.

Os ataques sofridos pela imprensa e a restrição a essas informações explicitaram um grande enfraquecimento no funcionamento da lei diante da necessidade de dados no jornalismo investigativo. Ao mesmo tempo, grandes revelações jornalísticas, como o *Pandora Papers*, colocam em xeque governos e figuras públicas. O tema traz os limites e a potência da atuação da imprensa em um regime democrático.

A discussão sobre a participação política dos cidadãos se intensificou diante da falta de clareza de dados, que é considerada uma ameaça à democracia. Diante de governos autoritários, a repressão e o confronto contra a liberdade de mídia se tornaram ferramentas de silenciamento. O acompanhamento do jornalismo investigativo em questões de interesse público tornou-se um grande fiscalizador na prestação de contas com a sociedade.

Em um mundo ameaçado pela desinformação, a fiscalização dos poderes é fundamental quando se trata de tornar público ações que atingem negativamente a sociedade. Ter acesso aos dados é o primeiro passo de uma apuração cautelosa e criteriosa, garantindo não só o acesso à informação, como a manutenção do Estado Democrático de Direito.

Ataques à imprensa e ao exercício do jornalismo

tornam-se ainda mais evidentes quando as manchetes do dia expõem casos para além do cotidiano do noticiário. Discussões sobre os limites do jornalismo, da legalidade de fontes e métodos de apuração e investigação são colocadas na sociedade como ataque às liberdades individuais – ainda que as informações sejam de interesse público e afetem diretamente a vida de milhares de pessoas.

No entanto, o jornalismo respira fundo e tem seu papel cada vez mais reconhecido na sociedade. Em 2021, a tradicional entrega do Prêmio Nobel da Paz foi direcionada a dois jornalistas, sob o lema de que “sem liberdade de expressão e de imprensa, será difícil promover com sucesso a fraternidade entre as nações”, segundo o Comitê Noruegues, responsável pela entrega da solenidade.

Os jornalistas premiados, a filipina Maria Ressa e o russo Dmitry Muratov, têm realizado trabalhos de destaque no jornalismo investigativo em mega-apurações, assim como no *Pandora Papers*. Ressa denuncia violações de direitos humanos na guerra às drogas instaurada no governo filipino, de Rodrigo Duterte, e Muratov revela os abusos de poder e corrupção do presidente russo Vladimir Putin.

A premiação joga luz ao fato de que a luta corajosa de jornalistas pelo direito às informações relevantes à sociedade não é só válida como valiosa. A Academia Sueca do Prêmio da Paz afirmou que o jornalismo “serve para proteger contra o abuso de poder, mentiras e propaganda de guerra”, sendo estes “pré-requisitos essenciais para a democracia e protegem contra guerras e conflitos”.

Investigações jornalísticas possuem um peso importante. O vazamento de milhares de documentos como os *Pandora Papers* pode causar impactos significativos na sociedade como destituir regimes, mudar sistemas e impedir injustiças. O Nobel da Paz 2021 é uma reafirmação deste papel social do jornalismo e do compromisso da profissão com reportar fatos de interesse e direito público.



A jornalista Maria Ressa e, ao lado, o jornalista Dmitry Muratov, os ganhadores da medalha Nobel

© Reprodução/Twitter/Novaya Gazeta

# As cores que salvam: o emblema das campanhas mensais e suas causas

*A falta de recursos durante a pandemia foi a principal causa do recuo dos resultados das campanhas de conscientização*

Por Ana Kézia Carvalho, Gabriel Yudi Gati Isii, Maria Eduarda Frazato e Vicklin de Moraes

Várias campanhas de conscientização ocorrem mensalmente com o intuito de alertar e prevenir algumas doenças, sendo as mais famosas sobre os diferentes cânceres. A definição das tonalidades é decretada por associações médicas, porém, não há um calendário 100% estabelecido.

O compartilhamento dessas ações depende do engajamento da mídia, de empresas, clínicas, hospitais, indústria farmacêutica, organizações não-governamentais, instituições públicas ou privadas, entre outros. Até mesmo o uso de monumentos históricos são recursos utilizados para chamar a atenção da população para as causas.

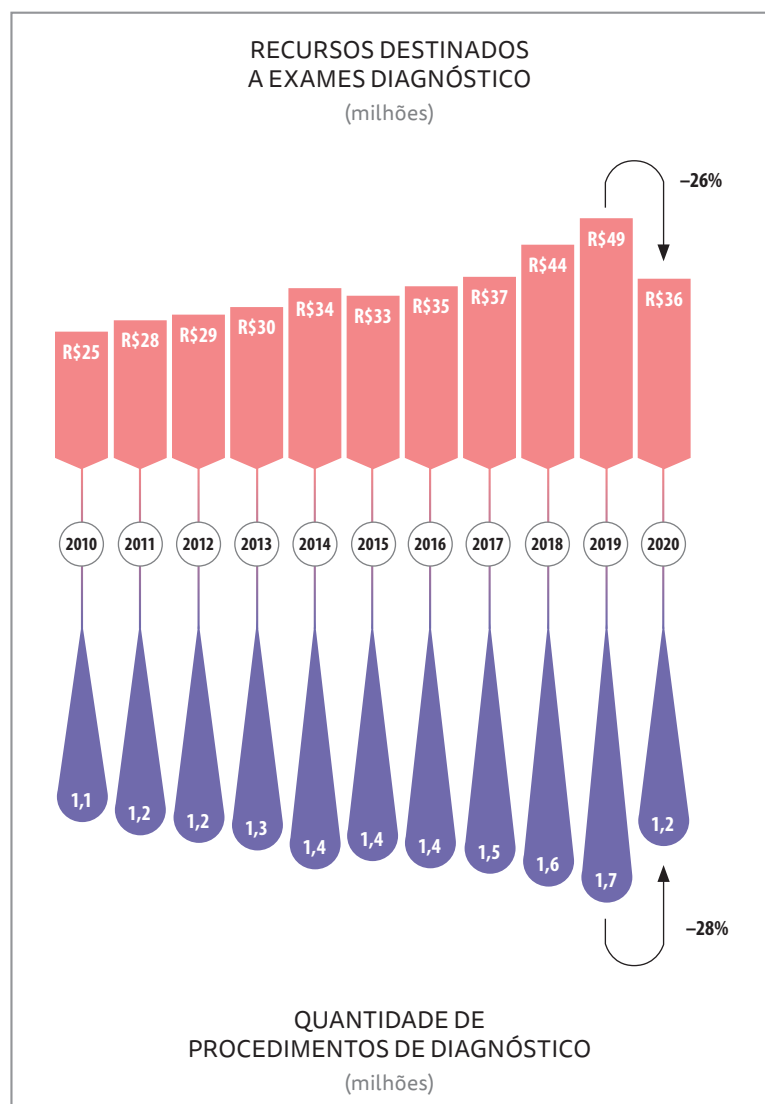
Em entrevista para o **Contraponto**, o médico infectologista e professor da Universidade de Araraquara (Uniará), Leonardo Vinícius de Moraes, afirma que “as campanhas acabam sendo efetivas, porque muita gente faz rastreamento nessa época, então acabamos fazendo um sobre diagnóstico em relação a outros meses”.

Apesar de ressaltar os resultados advindos pelos programas de conscientização, o professor reconhece que ainda há diversos pontos a serem ampliados. “O problema que eu vejo nessas campanhas são as ações de rastreamento, ou seja, o motivo dessa campanha ser somente naquele período específico. Em outubro foca no câncer de mama e em novembro no câncer de próstata”.

Ele ainda reflete sobre a invisibilização de pessoas trans. “Nas campanhas de câncer de mama falamos muito sobre as mulheres que têm mama, mas e o homem trans que também tem mama? Alguém fala do homem trans? E o Papanicolau nessa população? Por isso, essas ações precisam ser democratizadas durante o ano todo, e não só durante esses períodos específicos”.

Ainda que as ações sejam, em sua maioria, efetivas, a cirurgiã dentista Danielle França Oliveira Santos, que atua na Unidade Básica de Saúde (UBS) Ermelino Matarazzo, localizada na Zona Leste de São Paulo, explica que nem sempre há recursos suficientes para execução. “Geralmente, não temos dinheiro, e para fazermos as campanhas precisamos de arrecadação dos funcionários, sorteios, rifas, para alcançar a verba necessária”.

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), em 2020, 2,3 milhões



Exames de diagnóstico de câncer de mama caem 28%

de novos casos de câncer de mama foram diagnosticados em mulheres de todo o mundo. Destes números, 66.280 foram somente em brasileiras, representando 29,7% de todo o câncer que atinge mulheres. Já o câncer de próstata atingiu 65.840 homens nesse mesmo período, o que equivale a 29,2% do total de casos.

Com os frequentes cortes de investimentos do Governo Federal, a saúde pública segue cada vez mais ameaçada. De acordo com dados do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SIA/SUS) houve uma redução de 26% das verbas atribuídas a procedimentos de mamografia e ultrassons. Em 2019, o valor separado para os exames eram 49 milhões, enquanto, em 2020, o repasse caiu para 36,5 milhões.

O reflexo do corte nos orçamentos é a redução dos exames preventivos do câncer de mama, que sofreram uma queda de 28% nos procedimentos. No primeiro ano de pandemia, as mamografias pelo SUS caíram em 40% em todo país. Apenas o estado de São Paulo reduziu em 38% esse

repass e, consequentemente, a quantidade de exames.

Além da saúde física, cuidados com a saúde mental também são foco das campanhas. Janeiro Branco e Setembro Amarelo evidenciam a necessidade de cuidar da mente e atentar-se aos que estão à sua volta. Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), em parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM), anualmente, 13 mil pessoas tiram suas próprias vidas no Brasil. Dentre elas, 96,8% dos casos estavam relacionados com algum transtorno mental, sendo, em primeiro lugar, a depressão, seguida do transtorno bipolar e uso de substâncias.

Assim, as campanhas de conscientização de bem-estar mental incentivam a buscar ajuda, e, por conseguinte, a pôr essa pauta em evidência na saúde pública e suas divisões. Auxílio terapêutico e psiquiátrico são direitos de todos os brasileiros e estão disponíveis em UBS, hospitais públicos e números de emergência, como o Centro de Valorização da Vida (CVV).



O Agosto Lilás foca na violência contra a mulher, o que demonstra que tais ações são promovidas não só em casos de doenças, mas também em assuntos de interesse de políticas públicas e sociais. A Delegada da Mulher, Mariana Alves Machado Nascimento, em entrevista ao **Contraponto**,

explica que é sempre importante debater o tema. “É um mês de conscientização e, quanto mais tocarmos no tema e falarmos sobre ele, mais teremos esse assunto em debate.” Ela esclarece que a violência contra a mulher não ocorre só dentro do lar, mas também na rua, no trabalho e quando

sua liberdade sexual é violada ou tem cenas íntimas divulgadas.

Abaixo, as cores do calendário demonstram que possuem importantes e imprescindíveis papéis para o bem estar social, citamos algumas das campanhas mais populares.

© Reprodução



## Campanhas de conscientização mensal

### Janeiro Branco e Verde

Criada em 2014, a campanha tem como foco integrar psicólogos à população, a fim de informar sobre temas relacionados ao cuidado psíquico. A escolha do mês é justificada pelo caráter terapêutico e esperançoso trazido pela sensação de recomeço, atribuída ao início de um novo ano.

Representada pela cor verde, a campanha visa divulgar informações a respeito do câncer de colo do útero, que possui diversas formas de prevenção e altas chances de cura quando descoberto de forma precoce.

### Fevereiro Roxo e Laranja

Embora mais curto que os demais meses do ano, possui engajamento forte de campanhas. A cor roxa faz relação à Lúpus, Mal de Alzheimer e Fibromialgia. A justificativa da escolha da cor deve-se à atribuição desta para as duas primeiras doenças, que, apesar de distintas, afetam milhares de brasileiros.

A cor laranja é associada à leucemia, um dos tipos mais comuns de câncer. Doença que, segundo o INCA, afeta cerca de 250 mil brasileiros por ano. A mobilização tem por objetivo, além do alerta social, incentivar a doação de medula óssea.

### Março Azul Escuro

O foco do terceiro mês é o câncer colorretal, apontado como terceiro câncer mais comum entre homens e mulheres. A escolha do mês é fundamentada por este abrigar a data de prevenção e tratamento da doença, 27 de março.

### Abril Azul e Verde

Iniciada em 2014, a campanha Abril Verde dedica-se à segurança e saúde no ambiente de trabalho. No quarto mês do ano, comemora-se o Dia Mundial da Saúde, no dia 7, e o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidente e Doenças no Ambiente de Trabalho, no dia 28.

No dia 2, comemora-se o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. A escolha

da cor é justificada por conta da síndrome ser mais recorrente em pessoas do sexo masculino.

### Maio Amarelo e Vermelho

Originado em 2014, Maio Amarelo discute sobre a prevenção de acidentes de trânsito. Em 11 de maio de 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou a década das ações para a segurança no trânsito, por isso a escolha do mês. Já a cor amarela faz alusão ao significado desta no semáforo, que é “atenção”.

A conscientização atribuída à cor vermelha é sobre Hepatite e Câncer Bucal. Apesar de causas distintas, são doenças inicialmente silenciosas e uma grande parte dos acometidos por estas não têm conhecimento até que atinjam maior gravidade.

### Junho Vermelho e Laranja

Dia 14 de junho celebra-se o Dia Mundial do Doador de Sangue. A cor vermelha é atribuída para simbolizar a campanha de conscientização e incentivo da doação.

Criada em 2011, a campanha representada pela cor laranja tem como foco o alerta para a Anemia e Leucemia.

### Julho Amarelo

O sétimo mês foi escolhido pelo Ministério de Saúde para advertir sobre Hepatites Virais e Câncer Ósseo. A escolha da cor está relacionada à cor que os olhos dos infectados ficam a partir da manifestação da doença no fígado.

### Agosto Dourado, Laranja e Lilás

Entre os dias 1 e 7 de agosto, realiza-se a Semana Mundial da Amamentação. Por isso, o mês foi escolhido para conscientizar acerca da importância do aleitamento materno. Segundo os idealizadores da campanha, os momentos de amamentação são horas douradas, daí a escolha da cor.

De menor repercussão, a campanha Agosto Laranja tem como objetivo conscientizar e informar a sociedade sobre a esclerose múltipla, que atinge principalmente a população entre 20 e 40 anos.

A campanha Agosto Lilás tem como objetivo promover o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, divulgar a Lei Maria da Penha, sensibilizar a sociedade, e divulgar os serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e os mecanismos de denúncia existentes.

### Setembro Verde, Amarelo e Vermelho

Setembro Verde faz referência à conscientização a respeito da doação de órgãos e prevenção do câncer de intestino. Dia 27 de setembro é conhecido como o Dia Nacional da Doação de Órgãos.

No mesmo mês, a campanha representada pela cor amarela tem por objetivo a prevenção do suicídio. É uma causa de comoção mundial e a escolha do mês foi feita pois, no dia 10 de setembro, comemora-se o Dia Mundial da Prevenção ao Suicídio.

Ainda em setembro, atribui-se a cor vermelha para a conscientização sobre doenças cardiovasculares, pois celebra-se, em 29 de setembro, o Dia Mundial do Coração.

### Outubro Rosa

A mais conhecida de todas as campanhas, criada em 1990 nos Estados Unidos, dedica-se à conscientização do câncer de mama, e trata-se de uma mobilização mundial. O simbólico laço cor-de-rosa foi criado pela Fundação Susan G. Komen for the Cure, durante a primeira Corrida pela Cura que ocorreu em 1990, em Nova York, por simbolizar a feminilidade.

### Novembro Azul e Dourado

Campanha reconhecida por alertar sobre a prevenção e combate ao câncer de próstata e às diabetes. Apesar da importância e visibilidade atribuídas a esta, ela se apoia apenas a entidades não-governamentais, pois não possui o apoio do Ministério da Saúde brasileiro e do Instituto Nacional do Câncer.

Novembro Dourado visa conscientizar acerca da importância do diagnóstico precoce de câncer em crianças, pois, em 23 de novembro, comemora-se o Dia Mundial de Combate ao Câncer Infanto-Juvenil.

### Dezembro Laranja e Vermelho

Criada em 2014 pela Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), a campanha, representada pela cor laranja, tem como objetivo alertar a respeito do câncer de pele. A cor escolhida representa o tom bronzeado.

Dia 1 de Dezembro comemora-se o Dia Mundial de Combate à AIDS, campanha caracterizada pela cor vermelha que, associada ao laço, simboliza solidariedade e comprometimento na luta contra a AIDS, por conta da cor ser ligada ao sangue.



# Estereótipo racial afeta vida de mulheres amarelas no Brasil

*Alunos da PUC-SP promovem debate sobre racismo amarelo e abrem espaço para reflexões sobre o corpo feminino*

Por Gabriel Tomé e Júlia Takahashi

Desde 2017, a Atlética de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) realiza a Semana da Diversidade anualmente, com o intuito de debater temas pouco discutidos nas principais mídias e entre os jovens. Este ano, o evento ocorreu entre os dias 18 a 22 de outubro, chegando à sua quinta edição e trazendo à tona temas como gordofobia, saúde mental, maternidade de atletas e crise climática.

A semana foi aberta com a mesa “Eu Não Sou o Vírus: a Intensificação do racismo amarelo durante a pandemia”. Participaram a atriz Julie Kei, autora da monografia “Entender a origem do termo ‘perigo amarelo’ e analisar seu uso na atualidade”, reconhecida pela Columbia University, Enzo, influenciador e criador de conteúdo sobre racismo amarelo e a estudante de relações internacionais Miwa Kashiwagi, que está realizando intercâmbio em Seul, na SKKU, pela Fundação Getúlio Vargas.

Durante o debate, Miwa relacionou a discriminação com a fetichização da mulher amarela, já que, muitas vezes, elas são estereotipadas como delicadas, meigas e indefesas. Em entrevista ao **Contraponto**, a jornalista Misaki Tanaka comenta que um dos motivos dessa sexualização refere-se às Gueixas. “No ocidente, há uma interpretação incorreta em relação ao ofício das ‘maikos’ e das ‘gueixas’, das quais são consideradas prostitutas de luxo, o que está incorreto, além de que confundem as diferentes culturas (coreana, chinesa, japonesa, etc)”.

As Gueixas possuem o conhecimento das danças tradicionais, sabem tocar instrumentos musicais e são refinadas. Durante o século XVII, se apresentavam para os mais nobres e até hoje realizam performances para entreter o público, principalmente líderes políticos e famosos da sociedade japonesa, enquanto as Maikos são mais novas e estão no treinamento para ser uma gueixa.

A partir disso, é possível analisar os valores culturais que o Ocidente dissemina sobre o Oriente, principalmente a respeito da mulher. O que ficou evidente quando, no dia 16 de março de 2021, ocorreu um massacre em Atlanta, no Estado da Geórgia. O assassino Robert Aaron Long, jovem de 21 anos, entrou em três casas de massagem em que a maioria das funcionárias eram de descendência asiática e atirou a esmo. Quando confessou o crime, alegou ser “viciado em sexo” e isso seria

uma tentativa de acabar com a “tentação”. O caso está diretamente ligado à hipersexualização da mulher Oriental, uma vez que a indústria cinematográfica difunde o estereótipo de que as mesmas usam jogos sexuais para levar os homens à ruína.

Em produções tradicionalmente asiáticas, como animes, a mulher possui uma imagem totalmente romantizada, na qual é indefesa e submissa, às vezes contendo conotação sexual. No físico, são vistas com roupas decotadas, seios enormes, cinturas finas, inalcançável para qualquer mulher. Esse estereótipo sobre o corpo delas vai muito além de padrões de beleza, mas como o machismo e a xenofobia afetam outras áreas de sua vida.

“Inúmeras vezes fui abordada por desconhecidos na rua, como se qualquer mulher amarela topasse sair com desconhecidos. Ou perder uma vaga de trabalho para as mulheres caucasianas, por ser considerada “diferente”, lembra Misaki, de vezes que o preconceito afetou sua vida.

Diante disso, Julie Kei acrescenta: “Na hora de conhecer pessoas novas, por exemplo, sempre fico apreensiva porque nunca sei o porquê real delas estarem falando comigo, se é pela minha personalidade ou pela minha aparência. Depois que eu fiz minha pesquisa, vi depoimentos que me deixaram mais apreensiva ainda: gente que aposta com o amigo se consegue ficar com uma pessoa amarela, como se fôssemos um objeto. Os estereótipos também fazem pressão, porque

você se sente pressionado a seguir os padrões que te impõem. De certa forma, acho que eles acabam moldando traços da nossa personalidade.”

Durante sua pesquisa, Kei descobriu que há uma grande procura por mulheres amarelas em sites pornográficos e que isso está muito atrelado ao estereótipo de submissão, permissiva e de poucos desejos.

A estudante de direito Jéssica, da Universidade de São Paulo, se posiciona diante disso: “a sexualização não vem só do sentido lato do ato de sexualizar (o de dar um caráter sexual a algo ou alguém). Mas também na forma de exercer constante pressão nas mulheres amarelas para que estas atinjam e se mantenham dentro dos padrões estéticos disseminados pelos filmes pornográficos”.

Essa imagem que é moldada há muito tempo somou-se ao ódio agravado pela pandemia. Segundo os dados do Centro de Estudos do Extremismo da Universidade Estadual da Califórnia, em 2020, dezesseis das maiores cidades dos Estados Unidos reportaram aumento de 150% em relação a 2019 nos crimes de ódio contra orientais. De março de 2020 a fevereiro de 2021, ocorreram mais de 3,5 mil relatos de incidentes, que variam de comentários racistas a ataques violentos.

A sociedade está muito longe do fim do racismo, da xenofobia e do machismo. Dessa forma é de suma importância questionar e debater sobre racismo amarelo e principalmente como o papel da mulher é representado diante esse preconceito.



© Larissa T Ferraz

O velho ciclo está morrendo, o novo demora a crescer

# Mulheres no volante: as dificuldades de motoristas no transporte público

*Apesar do setor ser predominantemente masculino, a atuação feminina supera obstáculos e conquista espaços*

Por Livia Veiga Andrade, Maria Luiza da Cruz Araújo, Ricardo Dias de Oliveira Filho e Victória Toral

A expressão “mulher no volante, perigo constante”, enraizada na nossa cultura, pode ser desmentida no cotidiano: motoristas mulheres são mais prudentes e cautelosas, quando comparadas aos homens. De acordo com o estudo do Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo (Infosiga SP), 94% dos acidentes de trânsito são ocasionados por homens.

O número salienta não apenas a responsabilidade feminina no trânsito, mas também demonstra o preconceito com a capacidade e eficiência delas como motoristas. O pensamento sexista e antigo de que a direção, principalmente de veículos de grande porte, é exclusiva para os homens, sendo eles “o sexo forte”, dificulta a ocupação das mulheres à frente do volante.

Condutoras na ativa, como Patrícia Franklin Magalhães, motorista do Intermunicipal de Guarulhos, defendem a importância da atuação feminina na profissão: “Embora haja preconceito, é uma coisa muito boa. Eu vou dizer que a grande massa que eu transporto todos os dias prefere as mulheres por muitos motivos, por sermos mais atenciosas, não passamos em lombada com tudo. São coisinhas pequenas que fazem diferença para gente no transporte público.”

Mesmo elas sendo a escolha de muitos dos usuários do transporte público para ocupar esse trabalho, a busca da habilitação nas categorias D e E pelas mulheres ainda é muito pequena. Segundo uma pesquisa do SPTrans, em 2019, o sistema de transporte de ônibus do Estado conta com 32.820 motoristas, sendo apenas 665 mulheres. Esse dado pode estar associado em partes ao preconceito que ainda enfrentam em seus ambientes de trabalho, como relata a motorista Erica Feitosa. Durante uma de suas viagens, ela sofreu preconceito de dois passageiros que entravam no ônibus e essa situação acabou a afetando muito.

Em suas redes sociais, Shirley, motorista da linha 552 Santo Dumont/Armênia, costuma mostrar sua rotina de cuidados com o veículo, seu carinho e profissionalismo. Para ela, a principal motivação foi seu marido, que também é motorista de ônibus. Assim, ela começou a estudar a possibilidade e seguiu seu sonho. Já Patrícia, conta que estava infeliz em seu antigo emprego, então surgiu a oportunidade de conduzir um transporte público e decidiu aceitar.

**Contraponto:** Você já passou por alguma situação machista, preconceituosa no trabalho? Se você se sentir à vontade, poderia nos relatar como foi e como se sentiu?

**Shirley da Silva Santos:** Geralmente, eu, como todas as mulheres, passo quase todos os dias por aquele preconceito de falarem: “tinha que ser mulher” ou “vai pilotar fogão”. Para a gente, isso é muito chato. Na hora fico triste, mas já vem no meu pensamento que eu estou ali porque a empresa confia em mim, e muita gente, por exemplo, passageiros, confiam em mim. Então, eu simplesmente dou risada e deixo embora, porque não adianta você ficar discutindo, mas tem muito preconceito, sim.

**Patrícia Franklin Magalhães:** Isso acontece diariamente. Aliás, é raro não acontecer, desde o simples, que a gente põe como simples, “vai pilotar fogão”, “vai lavar a louça”, até os termos mais chulos e vulgares, que não valem nem a pena comentar.

**CP:** Qual conselho você daria para as mulheres que pretendem entrar nesse mundo dos ônibus?

**SSS:** O meu conselho é: nunca desistam dos seus sonhos. Se elas tem vontade de ser carreteira, ou outras profissões que vem “da área do homem”, nunca desistam. Sempre se inspirem em alguém, como eu me inspirei no meu esposo. Isso ajuda muito. E meu ônibus é todo rosa justamente por conta disso, para acabar com esse machismo. Às vezes também não é só o homem, vem também da própria mulher, porque já aconteceu da mulher entrar no ônibus e falar assim: “nossa, você é mulher?”. Isso machuca muito a gente, porque já temos o preconceito do homem, pior ainda com o da mulher também.

**PFM:** Você tem que ir para cima, porque isso vai acontecer independente da área que nós estivermos. Não é só porque é motorista do transporte público, em outras várias áreas isso acontece, na mesma forma e na mesma intensidade. Se for algo que você realmente deseja: vai para cima. Tem que colocar a cara lá para bater. E no final dá certo, o que não pode é desistir.



A motorista Shirley Da Silva Santos



Patrícia Franklin Magalhães em seu local de trabalho

O papel feminino na sociedade com o passar do tempo começou a ser expandido e exemplos como das motoristas Shirley e Patrícia rompem com as ideias machistas de que lugar de mulher é só atrás do fogão.

A importância da presença feminina na condução dos veículos, principalmente no transporte público, colabora com a construção de um olhar diferente ao enraizado na sociedade. É necessária a construção de um ditado popular coerente com a realidade, afinal, com “mulheres no volante, o perigo anda muito distante”



# Os outros 11 de setembro

*Os Estados Unidos agem há anos de forma direta e indireta ao redor de todo o mundo, promovendo desde financiamentos até ataques a outros países*



Soldados estadunidenses em ação

Por Andre Nunes, Flavia Cury, Gabriel Tuma, Letícia Coimbra e Leonardo Matias Duarte

O atentado de 11 de Setembro serviu como premissa para que o governo estadunidense cometesse atos que não seriam justificados antes da tragédia. Como dito por Reginaldo Nasser, autor do livro “A luta contra o terrorismo: os Estados Unidos e os amigos talibãs”, o ataque foi simbólico – o avião que atacou o World Trade Center, deu a impressão de estar derrubando um símbolo do poder financeiro americano. Atacar o Pentágono, um símbolo do poder militar. E o outro avião, dirigido provavelmente para a Casa Branca, do poder político. Por isso, os Estados Unidos se sentem intitulados a restabelecer sua dominância mundial reprimindo qualquer um com uma política minimamente contrária à sua.

Entretanto, os atentados cometidos pelos estadunidenses não começaram apenas depois do ocorrido com as Torres Gêmeas, mas sim, como explicou Nasser, após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos começaram a entrar no Oriente Médio, patrocinando golpes de Estado – como o que aconteceu no Irã – e enviando tropas.

Essa inserção no Oriente Médio acontece até os dias de hoje e, inclusive, nas

últimas quatro décadas, a cada dez ações armadas dos EUA no mundo, nove são no Oriente Médio, o que resulta em um envolvimento profundo desse país naquela região.

Os estadunidenses exercem notória influência no campo militar, já que possuem um arsenal bélico enorme. “Os militares latino-americanos por vez, muitos formados em escolas norte-americanas, acabam acreditando neste modelo e dependem cada vez mais de materiais oriundos dos Estados Unidos, seu principal fornecedor”, conta a internacionalista Fernanda Durazzo. Por exemplo, no Brasil, os militares são formados em escolas militares estadunidenses, absorvendo boa parte de seus valores doutrinários em sua formação. Inclusive, o modelo dos Estados Unidos inspirou a criação da Escola Superior de Guerra (1949), baseada no National War College (1946).

## América Latina

No dia 11 de setembro de 1973 ocorreu no Chile um ataque coordenado entre americanos e uma ala expressiva do exército chileno. Ambos se organizaram para dar um golpe de Estado que derrubou o



Presidente Salvador Allende e levou ao poder uma junta militar capitaneada pelo então chefe do exército Augusto Pinochet.

Tal golpe ficou marcado por sua forma, visto que nos outros países foi feito de forma mais lenta e gradual, este chocou por sua velocidade e brutalidade. A costa chilena foi tomada, as fábricas cercadas (visto que Allende tinha uma força enorme em meio aos trabalhadores) e o Palácio do governo, chamado *Casa de la Moneda*, foi bombardeado sumariamente, enquanto o presidente e seus membros do gabinete se encontravam em seu interior.

Tal brutalidade é decorrente de uma série de fatores. Pinochet sempre foi um apreciador dos ideais fascistas, ou seja, nunca buscou uma conciliação com Allende, membro do partido socialista; outro fator foi o fortalecimento dos sindicatos, extremamente fomentado pelo governo democrático, criando inclusive uma central unificada sindical, a CUT, fato que gerou revolta por parte dos estadunidenses, que viam naquilo um aceno ao comunismo.

O golpe foi dado em um dia. Se iniciou na manhã de 11 de setembro e acabou com Pinochet e sua junta na presidência e Allende morto na mesma data, além de todas as vidas ceifadas naquele momento e durante todo o sanguinário regime que se estabeleceu até 1990.

"A atuação dos EUA no Chile foi justificada para salvar o 'mundo livre' do comunismo. Enquanto as invasões em países árabes foram justificadas pela 'guerra ao terror'. Sempre haverá um inimigo a ser combatido e a atuação dos EUA, será para os meios de comunicação hegemônicos, em nome da democracia. Curioso que o Chile, em 1973, também era um Estado democrático, mas existem 'democracias', e às vezes ela é conveniente, em outras infelizmente não", afirma a internacionalista.

### **Operação Condor e o assassinato de Orlando Letelier**

A Operação Condor foi um serviço de inteligência transnacional de troca de informações entre países da América do Sul, formalizado em 1975. Apesar dos EUA não terem envolvimento direto na operação, sabe-se que o Departamento de Estado e a CIA possuíam informações detalhadas sobre a organização. Durazzo repara que "o conhecimento da existência de um sistema de inteligência articulado não foi visto como alarme, pelo contrário, era uma 'reação lógica' dos militares para enfrentar grupos de esquerda armados

que colocavam em risco a estabilidade do sistema capitalista."

Quando a atuação de membros da operação atravessou o território francês e estadunidense, o Departamento de Estado emitiu uma ordem para as embaixadas da Argentina, Chile e Uruguai a fim de conter os atentados, mas a mensagem não foi recebida. Assim, aconteceu o assassinato de Orlando Letelier, diplomata no governo de Salvador Allende nos Estados Unidos, que era conhecido por ser um potencial inimigo da ditadura e por denunciar as violações de direitos humanos desenroladas durante o regime ditatorial no Chile.

### **Confrontos armados com ajuda pública dos EUA**

Em El Salvador, os EUA forneceram aos militares salvadorenhas armas e treinamento militar para enfrentar a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. Junto com El Salvador, Durazzo cita como outro exemplo de financiamento militar para grupos antagônicos ao governo a Nicarágua, onde os "Contras" foram derrubar a Frente Sandinista. Além dos dois, ela relembra da República Dominicana, Haiti, Granada, Panamá e Costa Rica, que também sofreram invasões de tropas estadunidenses.

Já no Brasil e no Chile, financiaram partidos políticos através de ações encobertas, utilizaram jornais para difundir notícias falsas e instruções para a formação de movimentos que deslegitimam os governos, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964).

### **Interferência norte americana na América Latina atual**

Durazzo explica que "os golpes que vimos no Brasil (2016), no Paraguai (2012) e mais recentemente na Bolívia (2019) são exemplos de intervenções estadunidenses para impedir um governo que não esteja disposto a compactuar fielmente com as políticas desenhadas para os países latino-americanos, principalmente, aqueles que possuem recursos estratégicos importantes para a continuidade do processo tecnológico, como o Lítio, na Bolívia". A maior influência dos EUA na América Latina foi em manter governos aliados e preservar a sua hegemonia nesse território.

"Entretanto é importante considerar que para essas interferências sejam operacionalizadas nas instituições destes países é preciso encontrar eco com as elites locais que, obviamente, estão na defensiva para proteger seus privilégios de classe, estabelecendo como 'inimigo' qualquer

sujeito disposto a alterar esse sistema. Não à toa como os povos originários são tratados em algumas regiões latino-americanas, que não é desde hoje, mas porque entram em conflito direto numa questão fundamental que é a luta pela terra, e, não menos importantes, os movimentos sociais que recebem a mesma reação por contestarem direitos básicos de uma vida digna", continua a internacionalista.

## **Oriente Médio**

### **Afeganistão**

Durante a Guerra Fria, foi feita uma articulação dos EUA com Arábia Saudita e Paquistão para forçar a retirada das tropas soviéticas que haviam invadido o Afeganistão. Para isso, esses países financiaram os "mujahedins", que são aqueles que combatem a "guerra santa" segundo o islã. Aproximadamente 14 mil soldados soviéticos foram mortos durante a Guerra. Entre os civis americanos, o total de vítimas chegou a 562 mil.

Após a derrota da URSS, os Estados Unidos deixaram o Afeganistão, sem prestar assistência ao país. Assim, os grupos que antes estavam unidos contra um inimigo comum começaram a disputar entre si pelo domínio do território, guerra civil que durou de 1989 a 1996. Em meio a isso, surgiu o Talibã em 1992, cujo chefe, Mohammed Omar, lutou contra os soviéticos entre 1982 e 1989 e foi um líder tribal que ganhou fama por ser considerado um justiceiro que derrotou vários comandantes locais, ascendendo socialmente até que em 1996 tomou o poder.

Para a população no geral, esse governo foi altamente repressivo, sobretudo em relação às mulheres. Isolados, apenas Arábia Saudita e Paquistão reconheciam o regime.

Em 1989/1990, o Iraque ocupou o Kuwait e o presidente, Saddam Hussein, ameaçou a Arábia Saudita de invasão. Uma coalizão liderada pelos EUA e Arábia Saudita liberou o Kuwait em fevereiro de 1991. Com o início da Guerra do Golfo, os Estados Unidos atacaram o Iraque e montaram uma base militar na Arábia Saudita.

Influenciados por esse acontecimento somado à ocupação da Palestina por Israel, os grupos islâmicos adotaram o discurso de que os estrangeiros estavam ocupando a terra sagrada e deveriam ser expulsos, planejando atentados globais e, em 1996, foram acolhidos pelo Talibã no Afeganistão. Em *fatwa*, decreto religioso, emitida em entrevistas a jornalistas, Bin Laden alegou que as ações militares

tomadas eram uma maneira de se defenderem das investidas estadunidenses, tendo o ápice no dia 11 de setembro de 2001, causando 2996 mortes.

O então presidente americano, George W. Bush, após tirar o Talibã do poder no Afeganistão, afirmou que iria ajudar a reconstruir o país, seguindo o Plano Marshall, um programa de ajuda dos Estados Unidos oferecido aos países europeus que foram devastados pela Segunda Guerra. Em 2003, o governo americano invadiu o Iraque, cujo Estado era mais poderoso que o do Afeganistão e com exército melhor treinado, sob justificativa da existência de um programa de armas de destruição em massa. No entanto, a real finalidade era destituir Saddam Hussein, mostrar o poder do país norte-americano e promover temor no Oriente Médio em relação a ele, somado à queda do Talibã provocada pelos EUA.

Enquanto isso, o Talibã estava se organizando no Paquistão, e por volta de 2004 voltou a fazer ataques no Afeganistão até conseguir tomar algumas províncias, o que foi facilitado também pelo fato do comércio de ópio nunca ter cessado e pelo financiamento paquistanês.

Apesar do sucesso inicial, a operação feita pelo governo americano não atingiu a estabilidade que havia no país antes da invasão soviética, na década de 1980. Ainda sob domínio do grupo fundamentalista perto da fronteira paquistanesa, controlados pelos senhores da guerra, e sendo um dos países mais pobres do mundo de acordo com estatísticas do Banco Mundial.

Desde 2016 o Talibã voltou a, gradualmente, se reconstruir, até que em 2020 estava bem mais forte do que havia sido. Tirando proveito do início da retirada dos Estados Unidos no Afeganistão, o grupo expandiu seu controle no país, tendo seu ápice no dia 15 de agosto de 2021, quando a capital afgã foi tomada pelos talibãs, causando a fuga do presidente Ashraf Ghani do país e terminando com o Talibã assumindo como o novo governo.

### Israel

Segundo Nasser, as relações de Israel com os EUA são *sui generis*, porque Israel é sustentado economicamente em 1 bilhão por ano, sem contar a chamada ajuda militar. O que torna essa relação peculiar é que Israel domina os Estados Unidos, denominados por alguns como lóbis, porém bem mais amplo que isso, conseguem influenciar decisões do congresso americano.

“Cito aqui um fato marcante que foi na época do governo Obama. O primeiro-ministro de Israel, Netanyahu, se encontrou com Obama, que fez críticas a Israel. Netanyahu saiu da reunião, discursou para o congresso e foi aplaudidíssimo por todos. É uma relação muito diferente e excepcional”, afirma Nasser.

“Então, eu diria que não há questão religiosa alguma, a questão palestina é uma questão de ocupação de terra. Até a década de 70, os grupos palestinos mais importantes eram marxistas, não eram islâmicos. E obviamente que existem judeus que apoiam a causa palestina. A questão é

a terra, o domínio da terra, o domínio da população, o domínio geopolítico. A religião é uma forma de disfarçar esse tipo de domínio, é pura conveniência política.”

### Arábia Saudita

Após a crise do petróleo que afligiu o mundo inteiro na década de 70, os EUA consideraram imprescindível uma aliança com a Arábia Saudita e com outros países do Golfo Pérsico e, desde então, ela vem sendo mantida. O país, a partir desse momento, tornou-se um agente contrarrevolucionário no Oriente Médio em nome dos estadunidenses e um exemplo desse papel foi a queda do primeiro governo egípcio eleito após a Primavera Árabe, derrubado por um golpe militar com seu apoio.

Além disso, a Arábia Saudita também financia células terroristas quando há um interesse de coibir ou atacar algum inimigo considerado dos Estados Unidos. Essa operação é uma “via de mão dupla”, pois aqueles no controle do “agente” dos EUA gozam de privilégios na sociedade e nos negócios americanos, sendo parceiros essenciais do país.

Os EUA construíram a ideia de que o Islã é uma ameaça por 30/40 anos, porém essa islamofobia é desconsiderada quando ele é rico e aliado aos Estados Unidos. É importante levar em conta a questão econômica e classista. No entanto, quando convém, todos se tornam islâmicos, se igualando assim ao pobre e perdendo seus privilégios aos olhos estadunidenses.

Manifestantes  
estadunidenses  
ultranacionalistas



© Spencer Platt/Getty Images



# Do K-Pop ao Mainstream: a ascensão da Coreia do Sul como potência cultural

A transformação de uma nação ao longo de 30 anos de investimento governamental na cultura



Por Bárbara More, Larissa Isabella e Victor Trovão

Neste ano, o Brasil completa 62 anos de relações diplomáticas com a Coreia do Sul: gigante cultural no mundo e potência econômica em ascensão. Somando K-Pop, K-Dramas, cosméticos, comida e moda, o estilo de vida coreano tem se espalhado pelo planeta, numa “invasão” conhecida como *Hallyu Wave*, a Onda Coreana.

Após a guerra das Coreias e uma grave crise econômica, o país estava em decadência, e surpreendentemente, na década de 1990, o grupo musical Seo Taiji & Boys explodiu pela nação inteira com suas apresentações singulares que diferiam das músicas patriotas e conservadoras que a sociedade estava habituada ao assistir tv. O estilo de dança e música com os artistas se expressando como queriam, rapidamente encantou o público. Em decorrência da magnitude da fama que o trio ganhou, Lee Soo Man, empreendedor sul-coreano e fundador do S.M. Entertainment Group, não parou de pensar nessa mudança cultural e propôs que o país comercializasse a música, fazendo com que, em 1997, a Coreia investisse 1% do orçamento à cultura, tornando o K-pop o fenômeno que é hoje.

Assim, surge o movimento coreano nomeado como *Hallyu wave*, inicialmente referido à popularidade sul-coreana na China. Entretanto, a invasão se espalhou por todo o mundo na última década e não foi só com o K-Pop: os K-dramas – séries coreanas cada vez mais aclamadas e assistidas, alcançando números incríveis – também estão em voga atualmente. O início

da internacionalização dos K-dramas, que abriu os olhos do governo coreano para investir mais nos dramas, com *What Is Love*, sucesso na televisão chinesa em 1996.

Os doramas (estilo de produção audiovisual) coreanos evoluíram para o *mainstream* a partir de serviços de streaming, como Netflix, Rakuten Viki e YouTube. No início de 2021, a Netflix anunciou que iria investir cerca de US\$ 500 milhões (equivalente a cerca de R\$ 2,72 bilhões) na produção de conteúdos sul-coreanos, país que possui 3,8 milhões de assinantes pagos da empresa de streaming. Conforme os dados do Spotify, o BTS é um dos artistas mais ouvidos, com um número crescente de fãs de K-pop que representam 22% dos ouvintes globais.

“Olhando de dentro da Coreia, os coreanos se sentem muito orgulhosos dessa divulgação do produto deles, da cultura deles. Eles produzem muito cinema e muito conteúdo. Finalmente as pessoas estão começando a abrir os olhos para o que a Coreia tem a oferecer, e isso é muito legal.” comenta o internacionalista Matheus Bertol, que vive os acontecimentos culturais na Coreia do Sul há sete anos.

Mesmo com toda a popularidade, há, na própria Coreia, e ao redor do mundo,



muito preconceito contra K-Pop e os fãs desse estilo, que são vistos como infantis e imaturos. Mas esse não é o único fator que provoca tantas demonstrações públicas de desdém. O fato de a Coreia ser bem diferente do ocidente faz com que as pessoas desprezem sem antes conhecer.

“A cultura coreana que é exportada talvez seja vista um pouco como infantil ainda. Claro que eu acho que vem mudando bastante, porque outras gerações vêm curtindo o K-pop com a ascensão do BTS, Blackpink, e outros grupos que vêm fazendo muito sucesso e dando nome a Coreia. Então está tendo mais visibilidade. A gente não pode negar que a maioria dos fãs que realmente dão streaming, em geral vão ser as pessoas abaixo de 20 anos, e talvez por isso essa imagem, esse preconceito seja atrelado com o K-Pop de ser uma coisa mais imatura. Mas acho que com o tempo isso vai mudar” reflete Bertol.

Na mesma esfera do crescimento cultural, o estilo musical K-pop se transformou em uma indústria que posiciona a Coreia do Sul como uma das maiores potências econômicas, ocupando a 6.ª posição no ranking de maiores produtoras mundiais de música. Constantemente alcançam diversas partes do mundo pelo potencial dos artistas e estratégias presentes em suas produções, encantando milhares de pessoas que se tornam grandes fãs e que contribuem para que o “Korean Pop” seja produzido em um ritmo frenético.

“Lá eles investem muito na cultura, porque eles reconheceram que nisso há um instrumento de mostrar o poder do país, e é uma coisa que outros países não enxergaram ainda e eles souberam fazer isso muito bem. Tem muito incentivo do governo coreano para tudo isso estar acontecendo, não é de uma hora para outra, tudo isso é planejado e incentivado pelo governo da Coreia.” explica a jornalista Isabella Vilchez, que atua na cobertura do fenômeno mundial.

Logo, a Coreia do Sul se tornou a 11.ª nação do mundo detentora de um PIB de 1,647 trilhão USD devido ao desenvolvimento tecnológico e, inegavelmente, pelas manifestações culturais da nação, como K-pop e K-dramas, demonstrando ser um país que investe tanto no progresso de sua educação e tecnologia como em cultura.

Camisetas de K-Pop sendo vendidas em loja no bairro da Liberdade em São Paulo

# Somos frutos do carnaval

*Entenda como a ausência da folia faz falta à economia e ao povo brasileiro*

Por Bruna Parrillo, João Curi e Lucas Malagone

Expressando sua cultura, suas raízes e sendo uma forma da população reivindicar sobre a situação política, crises econômicas e sociais, o carnaval conta a história de uma sociedade. “O carnaval é a festa do povo, onde todo mundo sai com sorriso no rosto, onde todo mundo quer ir curtir o bom e velho samba, onde encontramos os amigos, carnaval é a alegria do brasileiro”, descreve André Pereira Cicilini, integrante da bateria da escola de samba X-9 Paulistana.

Em decorrência do processo escravagista no Brasil, a identidade brasileira herdou manifestações e costumes da cultura africana. E, apesar da origem europeia, a exportação do carnaval para um país de ancestralidade afro-brasileira deu início ao intenso processo de ressignificação e democratização.

A maior festividade lucrativa brasileira exerce um papel de eixo econômico transformador, que contribui com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de nosso país. Em 2020, a movimentação econômica chegou a cerca de R\$ 3 bilhões em São Paulo e a R\$ 4 bilhões no Rio de Janeiro, agregando aos setores de turismo, alimentação, transporte e hotelaria, além de grandes investimentos do poder público e privado. O Carnaval 2020 foi considerado o mais rentável dos últimos cinco anos, sendo responsável por gerar mais de 25,4 mil vagas de empregos temporários, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Em razão da pandemia da Covid-19, estados e municípios adotaram medidas para conter a propagação do vírus, o que acarretou o cancelamento da folia em

2021. Conforme estimativa da CNC, R\$ 8 bilhões podem deixar de circular na economia, afetando outros setores já citados e expandindo a crise aos profissionais de escolas de samba e trabalhadores informais.

Para além de sua importância econômica, o carnaval traz à tona discussões sociais, ao mesmo tempo em que celebra a diversidade e reforça seu significado popular. “Carnaval não é somente um espetáculo, e sim um evento social e assistencial, onde não existem diferenças sociais, culturais, religiosas, sexuais, e onde todos os artistas são valorizados”, define Popay, diretor-geral de harmonia da escola de samba Saudosa Maloca, da Zona Oeste de São Paulo. “Carnaval é responsabilidade com dinheiro público, é uma aula de cultura e história, que respeita a ancestralidade e a história do povo brasileiro”, afirma.

Os desfiles de escolas de samba, por sua vez, apresentam mais do que fantasias elaboradas e carros alegóricos em sua passagem pelo sambódromo. O historiador e professor, Luiz Antônio Simas, em entrevista ao canal Curta!, descreve o samba-enredo como uma “abertura de caminho para o conhecimento”, em menção às pautas sociais abordadas durante os desfiles. “O meu primeiro contato com uma série de coisas fascinantes da história do Brasil foi o samba-enredo que deu”.

Em passagem marcante pela Marquês de Sapucaí, a Estação Primeira de Mangueira se consagrou campeã do Carnaval 2019 com um samba recheado de pautas sociais e o enredo “História para ninar gente grande”, orquestrado pelo carnavalesco Leandro Vieira. A verde e rosa “chegou com versos que o livro apagou”, exaltando personalidades como a princesa Aquatune, o líder tupinambá Cunhambebe, Teresa de Benguela, Carolina de Jesus, Luísa Mahin, dentre outros grandes nomes da história brasileira que “desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento”, e ainda clama: “Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês!”.

Sobre a realização dos desfiles, Alemano – codinome de Marcelo Baldo –, diretor de harmonia da X-9 Paulistana e diretor de ala da Grande Rio, expressa o papel fundamental dos patrocinadores e explica que o orçamento necessário para competir no grupo especial gira em torno de R\$5 milhões. “A verba do governo gira em torno de \$2 milhões e só vem em meados de dezembro e janeiro, porém, nosso



Sambódromo do Anhembi, onde acontecem os desfiles de carnaval em São Paulo





Bibinha, no barracão da Mancha Verde, em São Paulo

© Lucas Malagone



Vista do ateliê da Mancha Verde

© Lucas Malagone

trabalho começa bem antes. Se não fossem as grandes marcas e empresas a patrocinar, não seria possível [a realização do evento]”.

As escolas de samba chegam a passar até dez meses preparando a festa do ano seguinte. Em visita ao barracão da Mancha Verde, na Cidade do Samba, o **Contraponto** conversou com Bibinha, integrante responsável pela equipe de confecção de carros alegóricos, que declara: “É uma profissão que quero levar para o resto da minha vida. Eu gosto de ver o trabalho de meses pronto na avenida, é bonito ver o povo na arquibancada vendo seu trabalho ali, é uma satisfação”.

Sobre as incertezas mediante o cenário de crise sanitária, Bibinha desabafa. “A maior dificuldade é olhar para frente e pensar: ‘será que vai ter carnaval?’ Agora

que se decidiu que vai ter, porque antes, a gente estava pisando em ovos, trabalhando sem saber se teríamos o próximo”.

O **Contraponto** foi informado que a Mancha Verde manteve os funcionários, reduzindo as equipes dos barracões em prioridade aos residentes de São Paulo, e seguiu com as atividades durante todo o período de pandemia, ao contrário da realidade de outras escolas de samba. “Eu não fiquei desamparada na pandemia, porque a Mancha deu seguimento aos trabalhos. Contrataram a gente e deram todo o suporte para continuarmos trabalhando, e estamos aí até hoje”, relata Bibinha.

A Secretaria Especial de Comunicação da Prefeitura de São Paulo divulgou, em nota publicada no dia 5 de outubro deste ano, que “a cidade de São Paulo terá, em 2022, o seu maior Carnaval de

Rua com 15 milhões de pessoas”. Enquanto isso, a Prefeitura do Rio de Janeiro informou no dia 19 de outubro, por meio da RioTur, o cadastro de 620 pedidos de desfile de 506 blocos de rua esperados para o ano que vem.

“Espero que o carnaval de 2022 seja um carnaval de superação, de muita criatividade das escolas de samba. Que seja um carnaval de paz e conscientização, que as pessoas reflitam e celebrem o carnaval como se tivessem ganhado uma sobrevivência”, diz Popay. “Que celebrem o carnaval em homenagem a todos aqueles que fizeram história e contribuíram para o engrandecimento do carnaval e partiram em decorrência desta doença. Como diz a letra do samba do poeta Geraldo Filme: ‘Silêncio, o sambista está dormindo... Ele foi, mas foi sorrindo’”.



# “Associação”: o protesto de MC’s contra a criminalização do Funk

*Cantores inocentados da acusação por associação ao tráfico de drogas lançam música que denuncia preconceito contra a cultura da favela*

Por Laura Mariano, Marcelo Ferreira Victorio e Sarah Catherine Seles

Em março, a Polícia Civil cumpriu um mandado de busca e apreensão por associação ao tráfico de drogas contra cantores de funk. MC Hariel, MC Brinquedo, MC GP, MC Pedrinho, MC Léo da Baixada, Salvador da Rima e MC Ryan SP foram alvos da operação. A busca, solicitada pelo Ministério Público de São Paulo e autorizada pela juíza Carla Santos Balestreri, apreendeu celulares, aparelhos eletrônicos e HD’s em busca de provas. Na época, os MC’s foram encaminhados à delegacia para prestar depoimentos e liberados na sequência.

O inquérito teve início após os cantores se apresentarem em uma adega, na Zona Leste de São Paulo. Indícios apontavam que o dono do estabelecimento era ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC) e realizava o pagamento dos artistas com dinheiro do tráfico.

As investigações constataram a inocência dos artistas e, em resposta, MC Hariel, MC GP, MC Ryan SP e o Salvador da Rima lançaram a música *Associação*. “O preconceito com o pobre que conquista a ascensão/[...] Minha associação é ver a favela sorrir/[...] Tô associado com a vitória da favela/Tô associado com a evolução dos nossos/Tô associado com o Movimento Funk”, diz a letra.

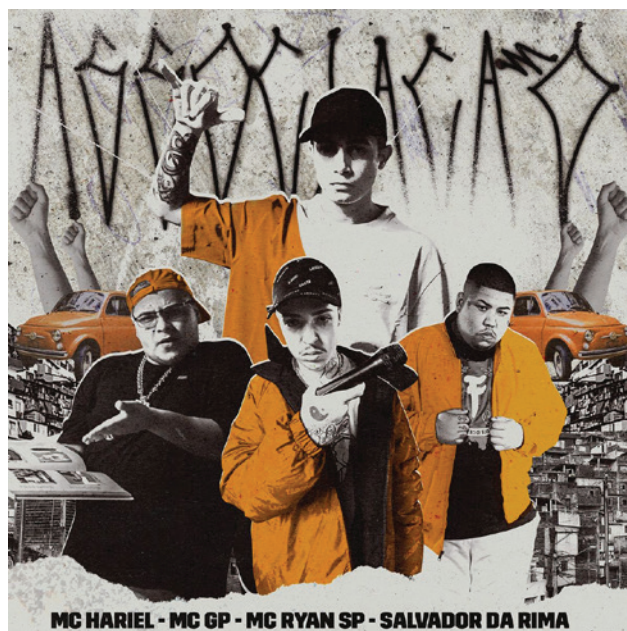
“Salvamos as pessoas do tráfico e queremos nos associar a ele”, afirmou Hariel em entrevista ao *Splash*, da *UOL*. “Apesar de nosso sucesso nas redes e nos streamings, e de o funk ter se consolidado como um importante movimento musical e cultural das comunidades, ainda existe a falsa ideia de que funkeiro é bandido e de que o funk tem associação com o crime”, disse o cantor após o lançamento.

## Movimento Funk

“O funk é um movimento cultural, artístico e musical, que também representa a ação do povo preto, escravizado desde o período da colonização, e desenvolveu formas e ferramentas de unir o nosso povo”, explica Bruno Ramos, educador social, graduando em sociologia e articulador nacional do Movimento Funk.

Para ele, “em uma questão sociológica e antropológica, o funk representa um estilo de vida e, para falar sobre a criminalização do funk, é preciso falar sobre o lugar das pessoas periféricas, que são vítimas de um sistema opressor”.

O educador afirma que o caminho para descriminalizar o funk e mudar o estigma



© Reprodução/GR6

Capa da música “Associação”, localizado à esquerda o MC Ryan SP, ao centro Salvador da Rima, à sua direita o MC GP e na parte superior o MC Hariel

social do movimento é através do debate sobre o racismo estrutural. “Essa criminalização e estigmatização não começa no Movimento Funk e não vai terminar tão cedo, enquanto a gente não discutir o problema do racismo estrutural institucional”, explica.

O professor de música e doutorando em musicologia na Universidade de São Paulo (USP), Thiago de Souza, conhecido como Thiagson, explica que a estética musical do funk é um reflexo da periferia. Ele aponta também que há muita arbitrariedade nas investigações de associação ao tráfico conduzidas contra os artistas do estilo, já que todas essas pessoas coexistem em um mesmo ambiente – a favela.

“Pela estrutura social, quem está na favela se relaciona entre si, não são os traficantes de um lado e os moradores do outro, é tudo misturado. E a gente vê essa vontade de querer calar o movimento. Ser preso por ter uma amizade com um traficante é mais um reflexo dos problemas sociais”, aponta o músico.

“Muita gente ainda não reconhece o valor musical [do funk] como arte e não enxerga o funk como uma música legítima, que não é qualquer um que faz. Para poder fazer essa música, você precisa respirar o berço social, estar na favela, ou [viver] com as pessoas que fazem o funk para entender essa linguagem”, acrescenta o músico.

Bruno Ramos afirma que culpar o Movimento Funk ou responsabilizar as festas que acontecem na “quebrada” é um posicionamento errôneo, pois ocorrem somente por falta de políticas públicas. “O funk está presente porque é a linguagem mais próxima do jovem da periferia.

É somente nesse espaço que o jovem se sente seguro, no seu território. Também é como ele consegue ganhar o seu dinheiro e sua grande fonte de lazer”, aponta.

De acordo com Ramos, existe uma diferença entre apologia ao crime e uma denúncia da vivência dentro da favela. “Se fosse uma canção feita por um branco de classe média falando de armamento e facção, isso seria apologia. Quando o jovem da periferia está falando sobre facções, armamento, drogas e violência policial, ele não está fazendo apologia, mas sim uma denúncia direta sobre a realidade que ele vive. Se as pessoas se incomodam com o que esses jovens falam em suas letras, é porque não conhecem de perto a realidade. Para essas pessoas, uma canção incomoda mais do que a realidade em que eles vivem”, explica.

Famosos programas policiais culpabilizam o funk pela violência presente na periferia, e sabe-se que dificilmente a mídia burguesa traz o gênero para seu centro artístico e social. “Quando esses jovens são perseguidos através de suas letras, é o Estado falando: ‘Não, vocês têm um limite, na época do funk ostentação tudo bem vocês cantarem’. Isso porque o funk ostentação aquece o consumo [...]. Esvazia o pensamento político e, quando a letra é sobre um pensamento político, ela é revertida a apologia”, aponta Bruno

Para Bruno, a identificação com o funk vem inicialmente das batidas, do som e da origem periférica da música: “[Há] uma parcela da população que, mesmo sem olhar para essa crítica social, se identifica primeiro. E o funk é criminalizado justamente por carregar isso, porque é um movimento preto e periférico”.



# Da Vagabanda às Five: Malhação pode dar adeus às televisões brasileiras depois de 26 anos no ar

Após a notícia do cancelamento da nova temporada, houve grande especulação sobre o fim da novela que vinha marcando gerações de adolescentes desde 1995

Por Aline Freitas, Barbara Ferreira e Isadora Taveira

A matéria exclusiva publicada pela jornalista Patrícia Kogut no jornal *O Globo* resultou em muitos rumores acerca do encerramento de *Malhação* após 27 temporadas. Depois da publicação, artistas como Ana Hickari e André Marques, que participaram de temporadas anteriores, manifestaram descontentamento via redes sociais. Em nota, a Rede Globo afirmou que “o projeto inédito de *Malhação* que estava sendo produzido foi adiado e uma nova grade de programação para as tardes da Globo está sendo desenvolvida”.

O projeto em questão era a nova temporada, “*Malhação: Eu Quero é Ser Feliz*”, que estava prevista para ir ao ar já no próximo ano e foi cancelada pouco antes do início da escolha do elenco. A trama, escrita pelos irmãos Eduardo e Marcos Carvalho, tinha como objetivo principal abordar a representatividade social e racial.

Em um pronunciamento no *Instagram*, os irmãos Carvalho declararam: “Há 3 anos, antes mesmo de definirmos sobre o que seria a história, traçamos uma premissa: precisamos nos ver nela. Queríamos olhar pelo portão, ver as pessoas subindo o morro e pensar: nossos personagens, com seus dramas, poderiam estar subindo essa ladeira. Apresentar isso para milhões virou nosso sonho”. Ao **Contraponto**, Eduardo Carvalho informou que ele e o irmão não estão autorizados a dar entrevista sobre o assunto.

A justificativa dada pela emissora foi a baixa audiência das temporadas anteriores e o desinteresse da nova geração do *streaming* pela televisão. Contudo, nas redes sociais, os fãs, que já esperavam a nova edição, encararam o corte como uma maneira de barrar a trama, que giraria em torno da luta de jovens contra o fechamento da escola em que estudam, considerada uma das piores do Brasil. A nova temporada seria ambientada nas periferias da zona norte do Rio de Janeiro e, pela primeira vez, teria um elenco majoritariamente negro.

Apesar de a novela nunca ter alcançado um patamar tão alto de diversidade como seria na temporada dos irmãos Carvalho, os temas sociais não são novidade no enredo. A primeira temporada, que estreou em 1995 ao som de “Assim caminha a humanidade”, de Lulu Santos, já abordava assuntos como preconceito social,

aborto e descobertas sobre a sexualidade – temas incomuns para a juventude da época, já que eram pouco discutidos em um Brasil conservador. Ao decorrer dos anos, a trama *teen* foi se reinventando e passou a abordar, cada vez mais, assuntos considerados tabus, o que, muitas vezes, resultou em grande aprovação por parte do público.

Como exemplo disso, recentemente, a Globo foi surpreendida pelos altos índices de audiência da temporada exibida em 2017, “*Malhação: Viva a diferença*”, que, como o nome já diz, focava na diversidade dos jovens. A novela ganhadora do *Emmy Internacional* abordou uma grande quantidade de assuntos importantes para a juventude atual, como preconceito racial e econômico, liberdade de expressão, feminismo, homossexualidade e as deficiências do sistema educacional brasileiro. Desse modo, o enredo conseguiu discutir questões que ainda não haviam sido expostas anteriormente de maneira representativa e impactante. A edição fez tanto sucesso que, posteriormente, originou “*As Five*”, série original do Globoplay.

Representativas ou não, diferentes temporadas da novela foram marcantes para o público por incorporarem a cultura consumida pelos jovens na história. Em 2004, por exemplo, *Malhação* contou com uma de suas edições mais emblemáticas. A trama abordava o famoso grupo “*Vagabanda*”, a banda de rock do colégio que, em meio a conflitos amorosos e questões da juventude, marcou uma geração e conquistou o coração do público, sendo um grande sucesso de audiência.

Alguns anos mais tarde, “*Intensa como a vida*” foi o título da vez. Exibida entre 2012 e 2013, a temporada trouxe uma

narrativa típica da adolescência, discutindo temas como conflitos amorosos e relações frustrantes nas amizades, além de pautas importantes como bulimia, transtornos alimentares e racismo.

Nessa temporada, também, refletindo o sucesso que o ritmo fazia entre os adolescentes da época, o funk foi introduzido à história. O ator Peter Brandão deu vida ao Mc Pilha, aluno do colégio Quadrante que tinha o sonho de ser cantor de funk. Além disso, diferentemente dos colegas, Pilha morava em uma comunidade e precisava trabalhar para ajudar a madrinha Rosa, com quem vivia.

Brandão afirma que, assim como seu personagem, também fazia música e que já chegou com o sucesso musical do personagem, “*Por isso eu amo*”, pronto antes de ser incorporado ao elenco. “Eu cheguei lá com muita fome”, relata. “Já cheguei levando a música. Eles gostaram da ideia do Pilha ser MC e a música ficou comigo nessa”.

Apesar de não ter começado a carreira como ator na novela, Brandão conta que *Malhação* foi o ponto de virada. “Ali foi um grande *start* da minha vida profissional. Acredito que foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida”, disse. O ator, que atualmente aguarda o lançamento do filme “*Rocinha: Toda história tem dois lados*”, já teve a oportunidade de contracenar com grandes nomes como Lázaro Ramos e Thalita Carauta.

A respeito do possível fim do folhetim adolescente, Brandão diz estar desapontado. “A *Malhação* é a passagem do jovem, ensina muitas coisas boas, é realmente uma escola. Não só uma escola de atores, é uma escola de vida. Ali, se ensina muita coisa para os jovens, os adolescentes e até as crianças que assistem”, afirma.



© Aline Freitas

# O início de uma nova fase de Britney Spears

Após 13 anos, a corte da Califórnia encerrou a curatela

Por Tabitha Ramalho, Giovana Yamaki, Beatriz Vasconcelos e Ramon de Paschoa

Britney Spears, desde 2008, estava sob tutela do pai, Jamie Spears, em que era submetida a aceitar tudo que ele decidia, sem direito a opinar e vetar decisões relacionadas a sua vida pessoal e financeira. Ao ser sujeitada a essa subordinação, surgiu o movimento #FreeBritney (Liberte Britney, em tradução livre), em que os fãs dela protestavam contra as restrições judiciais que limitavam sua liberdade.



© Divulgação

## Movimento #FREEBRITNEY

Antes desse caos se instalar, a estrela do pop estava alcançando cada vez mais sucesso. Tornou-se uma das artistas com mais discos vendidos de sua geração. O mundo clamava por Britney. Tempos depois, a cantora conheceu Kevin Federline, com quem teve os filhos, Jayden e Sean Preston. Mas, em 2007, anunciam o divórcio e com isso se iniciou a custódia infantil.

Em 2008, acionaram a polícia porque a cantora havia se trancado no quarto por não querer entregar as crianças ao guarda-costas de Federline. Assim, levaram-na ao hospital para sua primeira internação psiquiátrica. Após o juiz conceder ao ex-marido a custódia total dos dois meninos, Britney é forçada a outra internação. Diante disso, Jamie pede a tutela – que seria temporária – de sua filha. A curatela arrancou o seu direito de tomar próprias decisões e alguns grupos viram isso como uma morte civil.

A princesa do pop sempre se dedicou, desde performances icônicas à turnês super produzidas como a *The Circus*, que foi considerada pela Pollstar a terceira mais lucrativa da época. Além de participar do programa *How I Met Your Mother*, que aconteceu no mesmo período em que ela

foi diagnosticada com demência. “Ela foi produtora executiva de seu quinto álbum, *Blackout*. Como seria capaz de criar sendo identificada com demência? Ela começou a escrever em um guardanapo no Starbucks enquanto tomava um drink”, contesta o fã, Paulo Gomes.

No documentário *Controlando Britney*, do New York Times, Alex Vlasov, assistente executivo e gerente de operações da Black Box – empresa de segurança contratada por Jamie – conta que no início da tutela, o pai de Britney tinha o poder de manter a segurança da cantora 24 horas por dia. Robin Greenhill, gestora da artista por meio da *Tri Star Sports & Entertainment*, junto ao pai de Spears, controlava desde as roupas usadas nos shows até o que poderia comer no jantar.

“Os seguranças tinham controle sobre a medicação que ela tomava, Britney não podia sair antes de tomá-los e tudo isso era feito porque o cliente da empresa pediu, mas o cliente era Jamie e não ela.”, revela Vlasov. Quando era permitida usar o seu celular, toda a atividade realizada no aparelho era alertada ao Sr. Spears e Robin. Em certo ponto da tutela, Edan, chefe de segurança da Black Box, foi solicitado para colocar

uma escuta no quarto da cantora, assim tinham acesso a todas as conversas.

Quando Britney era criança, Jamie tinha sérios problemas com alcoolismo e entrou em reabilitação pouco antes do início da conservadoria. Em uma audiência em 2014, o advogado de Spears, Sam Ingham, diz que a cantora acha que o pai ainda se embriaga. A informação seria utilizada na tentativa de tirá-lo da tutela, mas não funcionou.

“Se eu não estivesse sob as restrições que estou agora, me sentiria tão livre [...] nunca quis tornar-me numa daquelas prisioneiras.”, comenta a princesa do pop em *Britney: for the record* (2008). Um ano depois, segundo o *The New York Times*, o #FreeBritney nasceu após um site de fãs começar a campanha criticando a tutela, mas Jamie Spears pediu que tirassem a matéria do ar.

Anos se passaram e a chama do movimento não se apagou. Em sua residência em Vegas, precisou cancelar seus shows por conta da saúde do pai. Com a pausa, a cantora deu *hiatus* de sua conta do Instagram (@britneyspears). Após três meses, sua volta foi marcada por um post enigmático que chamou atenção e o podcast

Britney’s Gram recebeu uma mensagem de uma fonte anônima dizendo ser paralegal e que tinha conhecimento da tutela.

Mesmo Britney afirmando que estava tudo bem e dizendo para não acreditar em tudo que veem e ouvem, seus fãs ainda acreditam que ela não tenha permissão de usar suas redes.

“Eles fizeram um ótimo trabalho explorando minha vida, então acho que esta deve ser uma audiência aberta (...) Essa é a minha vida, eu quero que o público me ouça”. Foi assim que ela abriu o julgamento. Pela primeira vez, em 23 de junho de 2021, prestou depoimento à justiça sobre o que passou durante a tutela e pediu para retomar o controle de sua vida.

Ao longo do depoimento, fez revelações chocantes sobre como realmente foi viver a conservadoria. Dentre os detalhes, foi contado sobre o trabalho forçado, abusos e mentiras. A audiência foi aberta à imprensa. Ela contou que foi forçada a fazer a temporada de shows em Las Vegas, sendo que em um deles, performou com 39,5º de febre. Caso recusasse, a própria equipe poderia processá-la.

“Eu trabalhava sete dias por semana, sem folga. A única coisa parecida com isso na Califórnia é tráfico sexual. Obrigar alguém a trabalhar contra a sua vontade, tirando tudo que é seu – dinheiro, telefone, passaporte. Eles me viam trocando de roupa todo dia, nua. Eu não tinha uma porta no meu quarto”.

Um de seus desejos é ter mais filhos, porém ela é forçada a ter um DIU em seu corpo. Acrescentou que foi dopada de lítio quando negou um passo de dança e que sofre bullying. “Eu quero abrir uma petição para encerrar a conservadoria, precisam se lembrar de que eles é que trabalham para mim”.

Em 29 de setembro de 2021, Matthew Rosengart, advogado de Britney, pediu o afastamento de Jamie da tutoria. Sendo assim, John Zabel substituirá até dezembro deste ano. Com o afastamento do cargo de tutor financeiro, será possível investigar o que Spears passou durante todos esses anos.

12 de novembro de 2021, foi o grande marco na vida da princesa do pop. A corte da Califórnia declarou o encerramento da tutela pessoal, após mais de uma década. O julgamento foi fechado e, assim como os outros, Britney participou por vídeo conferência.

“Jamie Spears corrompeu essa tutela, a decisão de investigar Jamie Spears depende, em última análise, de minha cliente Britney Spears”, pronunciou ao movimento no fim da audiência.



# “Taylor’s version”: a regravação do trabalho de Taylor Swift

**A cantora americana está regravando os seis primeiros álbuns de sua discografia com o intuito de recuperar os direitos originais que foram vendidos contra sua vontade**

Por Ana Beatriz de Souza Assis, Maria Clara Alcântara Zanin Calixto Pedroso, Ricardo Dias de Oliveira Filho e Sônia Rocha Xavier

Taylor Swift carrega uma enorme bagagem de recordes em sua carreira. Com apenas 15 anos, tornou-se uma das primeiras afiliadas da gravadora *Big Machine Records*, comandada por Scott Borchetta. A parceria resultou em seis trabalhos aclamados pela crítica especializada e pela legião de fãs.

Listada como uma das 100 maiores compositoras de todos os tempos pela revista *Rolling Stone*, a cantora se tornou um fenômeno country e pop. Os seis primeiros trabalhos sob o selo da gravadora, “Taylor Swift”, “Fearless”, “Speak Now”, “Red”, “1989” e “reputation”, venderam milhões de cópias, quebrando recordes de visualizações no Youtube e a consagraram como uma das maiores artistas da história da música.

Ainda que seja aclamada por sua habilidade musical, sua carreira sofreu uma reviravolta. Após encerrar o contrato com a *Big Machine Records*, em novembro de 2018, Taylor Swift assinou um acordo com a *Universal Music Group*, que atua hoje como parceira de seus trabalhos. A situação se agravou em junho de 2019, quando a empresa administrada por Scooter Braun, Ithaca Holdings LLC, adquiriu a *Big Machine Label* por cerca de US\$ 300 milhões, englobando todos os aspectos da gravadora, inclusive os masters dos artistas.

Em nota publicada no Tumblr, a musicista afirmou que se sentiu triste ao descobrir que Braun havia adquirido a gravadora: “Fiquei sabendo que Scooter Braun se tornou dono dos meus masters. Tudo o que pude pensar foi sobre o bullying incessante e manipulativo que sofri dele durante anos. Scooter me despiu do trabalho da minha vida e que eu não tive oportunidade de comprar. O legado da minha música está prestes a ir para as mãos de alguém que tentou acabar com ele.”

Além da insatisfação em relação ao empresário, a cantora também expôs que Scott Borchetta se negou a vender os direitos dos antigos trabalhos: “Durante anos pedi e implorei por uma oportunidade de ter posse do meu trabalho. Ao invés disso, me foi dada a oportunidade de renovar meu contrato com a *Big Machine Records* e “ganhar” um álbum de volta a cada álbum novo que lançasse. Tive que tomar a difícil decisão de deixar o meu passado para trás.”

Entrevistado pelo **Contraponto**, Luis Fernando Plastino, advogado especializado em propriedade intelectual, relatou como os artistas devem proceder em



Capa do Red Taylor’s Version

relação aos contratos com as gravadoras: “A melhor forma de se proteger é procurando um advogado que tenha experiência com esse tipo de contrato, porque são bem específicos e podem ter questões inesperadas para alguém inexperiente. Além disso, uma forma genérica de proteger seus direitos é ler o contrato e saber que você pode criticar e negociar os termos”.

Em novembro de 2020, Braun vendeu os masters da compositora para o fundo de investimento *Shamrock Holdings*. Em nota nas redes sociais, Swift declarou: “Tenho tentado recuperar a propriedade das minhas gravações. Com esse objetivo em mente, minha equipe tentou entrar em negociações com Scooter Braun. A equipe dele queria que eu assinasse um documento afirmando que eu nunca mais diria uma palavra sobre Scooter, a menos que fosse positivo. Minha equipe jurídica disse que isso é absolutamente anormal. Algumas semanas atrás, minha equipe recebeu uma carta da empresa *Shamrock Holdings*, nos informando que eles haviam comprado 100% de minhas músicas. Essa foi a segunda vez que minha música foi vendida sem meu conhecimento. A carta dizia que eles queriam entrar em contato antes da venda, mas que Scooter Braun havia exigido que eles não fizessem contato comigo ou com minha equipe, ou o negócio seria cancelado”.

A cantora tornou-se uma grande ativista pelos

direitos dos artistas. Maria Eloisa Barbosa, tradutora e redatora do site Taylor Swift Brasil, detalhou ao **Contraponto** como as ações da artista impactam o cenário musical: “A cantora Olivia Rodrigo falou que o fato da Taylor ser tão vocal sobre a questão dos masters a influenciou a conseguir os direitos de suas músicas. Além disso, vários artistas estão buscando contratos mais éticos com as gravadoras, querendo ser os donos de sua arte”.

Apesar de todo esse processo, ela não parou. Em 2019, lançou o álbum “Lover”, primeiro trabalho cujos direitos autorais lhe pertencem completamente. No ano de 2020, lançou “Folklore”, vencedor da categoria “Álbum do Ano” do Grammy Awards, e “Evermore”. Agora, em 2021, iniciou o processo de regravações, lançando o álbum “Fearless (Taylor’s Version)” em abril deste ano. Uma cláusula do antigo contrato com a gravadora a autorizava, a partir do fim de 2020, regravar as composições dos seis primeiros álbuns.

Com mais de 741 milhões de reproduções no Spotify e 291 mil unidades vendidas na semana de estreia, a Billboard destaca que “Fearless (Taylor’s Version)” foi a maior vendagem do ano. Além de números, as regravações refletem sua força e a importância de os artistas serem donos da própria arte.

No dia 12 de novembro de 2021, a cantora dará mais um passo importante em relação a esse processo. O tão esperado “Red (Taylor’s Version)” contará com 30 músicas, incluindo as faixas “From The Vault”, que chegaram a ser produzidas na época do projeto inicial, mas foram barradas pela antiga gravadora e não entraram na versão final. Uma das mais esperadas pelos fãs é a versão estendida de dez minutos de “All Too Well”, considerada uma das melhores composições da cantora pela crítica especializada.

© Reprodução/Instagram/@taylorswift



# A Espetacularização da Violência e seus Meios de Consumo

*O consumo de produções agressivas na indústria cultural, seus fatores atrativos e impactos nas relações de organização sociais*

Por Ana Beatriz Vieira, Fernando Fernandes Maia, Laís Bonfim e Maria Luiza da Cruz Araújo

É crescente o número de séries e filmes que abordam temáticas contendo cenas de tortura e mortes sangrentas. Um lançamento recente da plataforma de streaming Netflix, a série *Round 6*, desenvolve uma ficção em que os personagens competem por dinheiro por meio de jogos infantis. Como consequência, morrem se falharem em cumprir o desafio. As cenas de morte do seriado são grotescas e explícitas, e trazem uma sensação desconfortante. Portanto, o que leva a consumir esse tipo de conteúdo?

Para entender como os humanos conseguem controlar o desconforto ao assistir as passagens perturbadoras, volta-se à evolução. O cérebro humano desenvolveu-se de tal maneira que se tornou capaz de racionalizar as respostas naturais ao perigo. Logo, não estando à mercê dos hormônios que os fazem reagir, é capaz de analisar a situação. Quão mais real for, mais forte irá reagir. Entretanto, se a situação se revela falsa, há a consciência de que não há nada com o que se preocupar.

A capacidade humana de racionalizar os instintos foi um dos últimos atributos adquiridos. Ao contrário, a de reagir aos impulsos naturais foi um dos primeiros. Isto revela uma das razões que atrai os seres humanos a conteúdos violentos: assisti-los faz com que a parte mais antiga e mais nova do cérebro interajam, o que gera uma overdose de estímulos. Além disso, leva aos primórdios da memória evolutiva.

A empatia é outro fator de relevância atrativa. É um mecanismo cerebral fortemente ligado à observação de cenas violentas, pois é a capacidade de se colocar no lugar do outro, enxergar seus pontos de vista e envolver-se em seu sofrimento. Estudos revelam que as mesmas áreas do cérebro são ativadas quando há a presença de dor ou alguém em sofrimento. Assim, se sente pena e compaixão e os homens passam a experimentar o que é passar por aquela situação, sem serem feridos.

No entanto, mesmo que o impulso para consumir conteúdos violentos seja natural,

a frequente exposição a eles não é saudável, pois causa uma reação mental conhecida como habituação. O cérebro, a partir da percepção de que não há perigo real, se torna insensível à violência, como um mecanismo de defesa para não sentir dor.

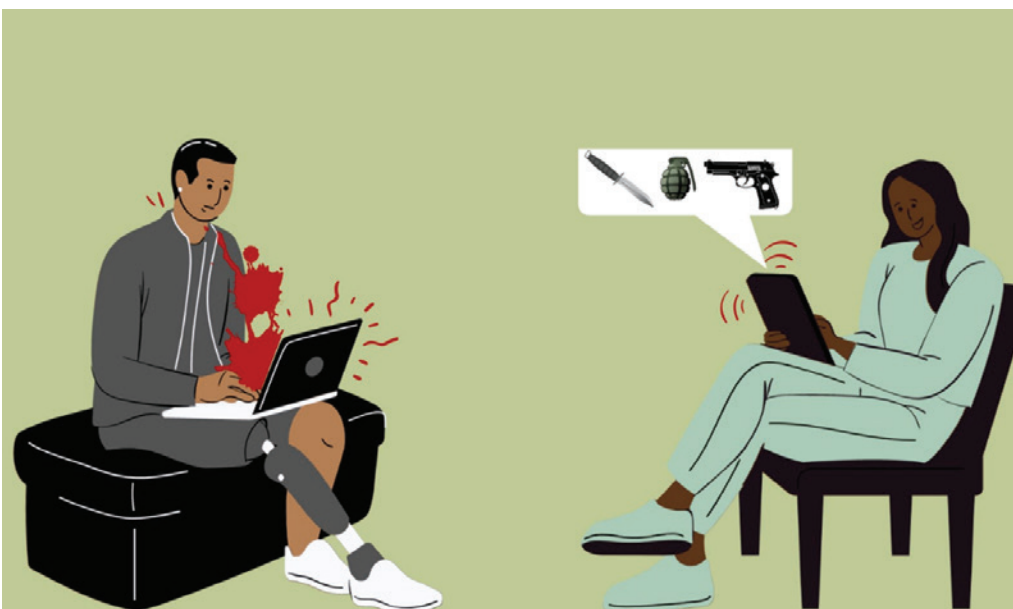
## Fatores Psicossociais

A concepção acerca do mal-estar na civilização, criada pelo psicanalista Sigmund Freud, afirma que a cultura produz o mal-estar na humanidade. Isso porque há uma contraposição entre a civilização e as exigências produzidas pelos impulsos humanos, já que um subverte o outro. A produção e consumo de conteúdos violentos, reproduzidos nas plataformas de streaming por meio das séries, são cada vez mais questionados quanto ao que o conteúdo pode dar margem à sociedade. O teor de violência e a carnificina dentro das narrativas televisionadas fez com que um debate fosse aceso no âmbito social. Afinal, a exploração da violência, como vista nas séries atuais, é de fato necessária? E o quanto disso não corrobora para o mal-estar ao qual Freud se referia em relação a sociedade contemporânea?

Ao buscar respostas para se há ou não necessidade da violência midiaticizada, torna-se necessário compreender como a violência simbólica que permeia as séries afetam a sociedade e seu comportamento. Conforme observava o sociólogo Pierre Bourdieu, a violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la. Desta maneira, é possível entender que, quando um indivíduo absorve conteúdos excessivamente violentos potencialmente após sofrê-lo, ele também se torna capaz de exercê-los. Tal fator estimula a perpetuação e legitimação da violência, que, por consequência, se naturaliza socialmente.

É necessário lembrar que a humanidade nunca esteve tão propícia ao desenvolvimento de problemas psicológicos como na modernidade. As séries, por sua vez, acabam alimentando ainda mais essa tendência, uma vez que elas ativam janelas *killer* no subconsciente humano. Segundo a psicologia, as janelas *killer* correspondem às áreas da memória que possuem conteúdo emocional angustiante, fóbico, tenso,

© Laís Bonfim Carmeloso



A atração pela violência nos meios sociais



depressivo e compulsivo. Essas janelas são consideradas traumáticas, sendo sempre acessadas quando os indivíduos recebem gatilhos mentais. A junção dessa parte da psique humana aos conteúdos violentos das séries ajuda a compreender como o mal-estar na civilização vem a acontecer, uma vez que os sentimentos de medo, culpa e angústia que compõem esse fenômeno social contemporâneo são uma consequência nítida do consumo desse tipo de entretenimento.

Em linhas gerais, a exploração demasiada da violência como uma forma de entretenimento desconsidera que, embora não ocorra uma agressão à integridade física de quem a assiste, outros danos são causados, como os morais e os psicológicos.

### A Naturalização de Conteúdos Violentos

Durante a pandemia, houve um aumento do consumo de conteúdo audiovisual. Devido ao isolamento social e à possibilidade do trabalho remoto, as pessoas ficaram com mais tempo livre durante os dias. Com isso, a quantidade de pessoas que passou a assistir conteúdos violentos aumentou. Segundo o psicólogo da Unifesp, Eduardo Carvalho Martins, as consequências da espetacularização da violência são piores em tempos de pandemia do que normalmente.

Contudo, é possível que existam situações em que filmes e séries com conteúdos perturbadores possam ser considerados saudáveis para o telespectador? Um estudo realizado pela Universidade de Chicago revelou que fãs de filmes de terror conseguiram lidar melhor com as questões psicológicas causadas pela pandemia. “A curiosidade sobre conteúdos mórbidos são uma motivação interna para aprender sobre como evitar possíveis situações ameaçadoras, e atualmente uma dessas situações é a COVID-19”, disse o pesquisador Coltan Scrivner. Entretanto, se o indivíduo não possui o costume de assistir a esse tipo de filme, começá-los a assistir durante a pandemia pode não ser benéfico, visto que filmes de terror podem despertar gatilhos em indivíduos que já possuem ansiedade. Além disso, aceleram o batimento cardíaco, o que pode desencadear uma crise de pânico. Ao longo da pandemia, o número de jovens com sintomas de ansiedade dobrou.



© Laís Bonfim Carmeloso

Olhos acostumados com a violência

A normalização desse tipo de conteúdo também trouxe problemas para a sociedade atual. Um desses exemplos é a banalização de crimes monstruosos, como o de Lázaro Barbosa, que ficou conhecido como “serial killer do DF”. Lázaro ganhou notoriedade após assassinar quatro pessoas que residiam em uma chácara em Ceilândia. Durante sua fuga e perseguição da polícia, que durou em média 20 dias, grande parcela da população brasileira fez piada com a demora das ações policiais, o que levou a criação de memes na internet que viralizaram devido à repercussão do caso. Na época, 346 perfis falsos do criminoso foram criados nas redes sociais, desrespeitando as vítimas e suas famílias.

Diante da questão da empatia, o sociólogo francês Jean Baudrillard diz que, ao invés de comunicar a quantidade circulante desses assuntos, a exaustão não produz sentido. A banalização da violência é fundamentada no cotidiano e a premissa se afirma quando, no dia 13 de outubro deste ano, passageiros de um trem na Filadélfia, Estados Unidos, filmaram um abuso sexual por 45 minutos sem ajudar a vítima.

Outro impacto do consumo da violência é o aumento da agressividade na sociedade. O psicólogo Albert Bandura, em seu experimento A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961), mostra que, pela aprendizagem social, as crianças reproduzem a violência assistida nos meios de comunicação. Há uma contribuição para a cultura da violência por conta do incentivo à agressividade

na resolução de conflitos. Martins menciona que “encontra-se nos filmes, nas novelas, nos telejornais, nas séries, modos e exemplos de histórias que tratam a relação de conflito entre as pessoas através do dispositivo da violência.” E completa, “É muito comum a gente justificar o uso da violência por algum tipo de validação moral. Nos filmes, de modo geral, sempre tem o bom e o mau e a violência de um sobre o outro se justifica assim”.

Sobre as mídias, o psicólogo diz que: “produzem um impacto muito grande em função da sua importância quanto dispositivo de indústria cultural, que contribui com a reprodução das relações sociais”. Para a psicanalista e jornalista brasileira Maria Rita Kehl, essa reprodução das violências da sociedade, como entretenimento, afeta a criatividade quando entra no campo do pensamento, pois ocupa o espaço da imaginação.

Há uma sustentação da cultura da violência a partir da indústria cultural que atinge todas as faixas etárias com os impactos da espetacularização. Martins recomenda um pensamento multifatorial para lidar com essa dinâmica. “Mais do que exercer algum tipo de restrição de conteúdo, me parece que tem uma dimensão positiva para lidar com esse fenômeno que seria o estímulo à outras formas de expressão da própria indústria cultural, entendendo que existem expressões da nossa cultura, a brasileira, que são muito interessantes e pouco estimuladas por medidas públicas”, pontuou.

# A influência das redes sociais em transtornos alimentares

*A busca pelo corpo perfeito e irreal das redes sociais faz com que doenças como anorexia e bulimia só aumentem, principalmente entre mulheres e jovens*

Por Laura Melo de Carvalho e Maria Ferreira dos Santos

Embora tenham mudado ao longo dos anos, os padrões de beleza sempre estiveram estruturados na sociedade. Famosas que foram consideradas *sex symbols* em suas épocas, como a atriz Marilyn Monroe, poderiam hoje ser ditas como fora do padrão.

Essa mudança também atinge os veículos para a propagação desses padrões: desde esculturas da Idade Clássica até as redes sociais de hoje, passando pelas pinturas do Renascimento e as ilustres capas de revistas. Porém, o debate acerca das redes é recente e voltou a circular com a viralização da *trend* “o que eu como em um dia” no *TikTok*. Nela, porções minúsculas de dietas restritivas são apresentadas nos vídeos, estimulando transtornos alimentares. Pensando em atingir esse padrão de beleza instituído pela mídia, muitas pessoas desenvolvem comportamentos não saudáveis com o corpo e com a comida. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 4,7% dos brasileiros são afetados por transtornos alimentares. Esse dado se torna mais preocupante quando analisado em relação aos jovens, em que o índice é de 10%.

Além da juventude, há outro grupo que costuma aparecer nas pesquisas: o das mulheres. Há ainda maior ocorrência nas classes com relativo poder aquisitivo, mas não se sabe ao certo se elas, de fato, são as mais afetadas ou se são as que possuem acesso à informação e tratamento, como explica a psicóloga pós-graduada em comportamento alimentar, Malu Dantas. Os dados ainda apontam que os transtornos mais comuns são a anorexia, a bulimia e o transtorno de compulsão alimentar.

Em conversa com o **Contraponto**, a especialista explicou sobre as principais características desses impasses. A anorexia, por exemplo, tem como aspectos fundamentais o peso menor que o indicado para idade e estatura, a distorção da imagem do próprio corpo, o medo de engordar e a busca pela magreza. A bulimia envolve ter hábitos compensatórios, tanto por culpa quanto por pavor de ganhar peso, sobre o que se come. Esses hábitos envolvem induzir o vômito, fazer jejum, praticar exercícios físicos de maneira exacerbada, entre outros. Para o diagnóstico, essas condutas devem ocorrer por um determinado número de vezes em um intervalo de tempo de três meses.

O transtorno de compulsão alimentar, por sua vez, tem critérios semelhantes, mas sem a compensação, e consiste



O uso das redes sociais influencia transtornos alimentares

em não ter controle sobre a alimentação. “Além disso, há muitos outros comportamentos que causam sofrimento. Assim como uma gripe, por exemplo, para se ter o diagnóstico, é necessário ter sintomas. A maior parte das pessoas não fecha esse diagnóstico, mas isso não significa que elas não sofram com esses comportamentos”, acrescenta a entrevistada.

A forma como a anorexia e a bulimia são caracterizadas mostram que o culto à magreza está intrínseco aos padrões e suas consequências. As redes sociais desempenham um papel de grande influência para o desenvolvimento desses transtornos. O fator de risco é a insatisfação com a própria imagem e ela é intensificada quando não há representatividade de corpos nas plataformas midiáticas.

As redes sociais estão repletas de figuras públicas que fixam um padrão de beleza magro, longilíneo e irreal, como as blogueiras que viralizam com “dancinhas” de biquíni e mostram uma vida *fitness*, muitas vezes “maquiada”. “Isso pode afetar as pessoas que consomem esse conteúdo, pois alimenta insatisfações corporais. Desde a infância, temos contato com esse tipo de padrão e, quando consumimos esse conteúdo, o internalizamos, quase como se comêssemos, ele fica dentro de nós”, afirma Malu Dantas.

Dentre tantas tendências da *web*, é necessário ter cuidado. Para a psicóloga,

a conexão exacerbada dessa geração nas mídias é um risco à saúde mental e física, pois é difícil questionar e enxergar a problemática que envolve a decadência da pluralidade corporal no espaço virtual.

Apesar de as redes sociais serem disseminadoras de diversas discussões, ainda pouco se fala sobre os transtornos alimentares. Existe certa banalidade a respeito das patologias psiquiátricas em geral, o que torna mais difícil o acesso aos sintomas e ao tratamento.

Por outro lado, as plataformas digitais podem exercer um papel fundamental na desconstrução desses padrões e, consequentemente, na queda do número de pessoas que sofrem com transtornos alimentares. Isso é visto através dos movimentos de positividade e pluralidade corporal. Com vídeos acompanhados das *hashtags* “corpo livre” e “*body positive*”, a diversidade de silhuetas ganha espaço.

De acordo com Malu Dantas, esses movimentos são muito importantes para mostrar que os corpos reais existem e também são válidos. Eles também exercem uma função importante dissolvendo o crescimento de gatilhos – conteúdo presente nas redes sensível a determinados públicos – através da conscientização e do questionamento sobre o que são publicações saudáveis e o que pode ser um conteúdo problemático.

Além disso, a discussão importante sobre o comer intuitivo, uma abordagem que discute sobre como entender o corpo para comer melhor, e vídeos informativos sobre quais e como são os transtornos alimentares têm ganhado espaço no algoritmo do aplicativo *TikTok*. Esse fenômeno reforça o papel positivo que as plataformas digitais podem ter.

As mídias são fatores culminantes para a formação de opiniões, inclusive aquelas sobre o próprio corpo, e podem ajudar na invalidação da beleza inalcançável. Ainda que algumas medidas tomadas já mostrem eficiência, como as sinalizações de fotos com filtros nos *stories* e de conteúdos sensíveis, há muito a se fazer para haver diminuição nos casos de transtornos alimentares.

Para que isso aconteça, é necessário um trabalho coletivo e também que todos estejam dispostos a mudar esse panorama. “É um trabalho de formiguinha, mas que vai trazendo os seus efeitos”, comenta Malu Dantas sobre as formas de mitigar o problema.



# Monólogos nas redes sociais inviabilizam soluções para pautas importantes

*Análises de sociólogos sobre o advento da tecnologia nos diálogos pessoais*

Por Júlia Takahashi, Patrícia Mamede e Victoria Mercês

Nos últimos tempos, é possível ver que os debates nas redes sociais a respeito de causas sociais, políticas e até sobre assuntos mais banais têm apresentado discussões calorosas. O diálogo foi deixado de lado, colocando o narcisismo no topo de qualquer interação, o que pode estar desencadeando uma série de fatores maléficos para a saúde daqueles e daquelas que trabalham com a internet, além de afastar cada vez mais as soluções que estão sendo trazidas à mesa a partir desses debates.

“O que eu defendo nas redes sociais compõe aquilo que eu acho que sou. Na maioria das vezes, os debates nas redes sempre ficam muito calorosos porque as pessoas estão defendendo sua identidade”, explica a filósofa e socióloga política, Jéssica Miranda. Para a especialista a identidade é uma questão importante a ser pontuada quando tratamos desse assunto, pois o que acontece nessas esferas é uma busca pela preservação do ideal que as pessoas têm delas mesmas. “Acho que narrativas são como roupas. Escolhemos aquela que nos veste melhor. Confundimos uma dada bandeira, uma dada opinião com a questão da identidade. As pessoas querem preservar o ideal que têm de si mesmas”, relata. No entanto, nessa busca individualista por se autopreservar, as pessoas deixam de ir atrás de possíveis e reais soluções a respeito daquilo que elas tanto problematizam.

A falta de diálogos desencadeia um outro fator altamente presente na esfera das redes sociais que é a cultura do cancelamento, que se dá através da expulsão, da negação e da invisibilização de alguém que tenha agido da maneira contrária ao esperado. O fenômeno pode ser bastante prejudicial, gerando ansiedade e muitas vezes acarretando numa futura depressão por parte de quem sofreu o cancelamento. “As pessoas esperam que você faça aquilo que elas querem que você faça, e quando você não faz, o cancelamento acontece”, argumenta a socióloga.

Porém, ainda que os ambientes digitais possam funcionar como espaços precursores para atitudes odiosas e hostis, como no caso do cancelamento, foi com o fortalecimento das tecnologias e com o advento das redes sociais que se criou um ambiente para diálogos e debates com grande potencial para serem saudáveis.

Segundo o professor do Instituto Federal do Tocantins, graduado e licenciado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, Paulo André Kulsar, “as redes sociais permitem que haja um diálogo saudável, mas isso depende da força de vontade de quem está dialogando, pois esse contato, mediado pela tecnologia, pode gerar uma sensação de proteção, então as pessoas eliminam o filtro do risco de serem bem compreendidas”.

A sociedade, rodeada de pessoas com pensamentos individuais e muitas vezes egóticos, tende a entrar em um monólogo, como analisa Kulsar: “O aprofundamento até existe, mas há o viés de confirmação, que o indivíduo tenta justificar suas ideias a partir das ideias dos outros. Então, acabam se aproximando de pessoas também adeptas aos monólogos, e não ao aprofundamento das discussões”.



“

As pessoas esperam que você faça aquilo que elas querem que você faça, e quando você não faz, o cancelamento acontece.

Jéssica Miranda, filósofa e socióloga política.

Nas redes sociais o diálogo dá espaço ao narcisismo

Para que seja possível um debate real, os usuários das plataformas digitais precisam estar dispostos a se desapegarem de alguns discursos. “Precisamos estar dispostos a opiniões divergentes e a arte do questionamento. Se eu me dou o benefício da dúvida, passo a questionar mais a realidade a fim de construir um diálogo sobre isso”, conclui Jéssica.



# Ensaio de fotos

Por Camilo Mota

A PRAÇA VLADIMIR HERZOG foi palco de uma série de atividades no dia 23 de outubro, dois dias antes da entrega do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em memória ao jornalista assassinado pela Ditadura Militar, naquele 25 de outubro de 1975.

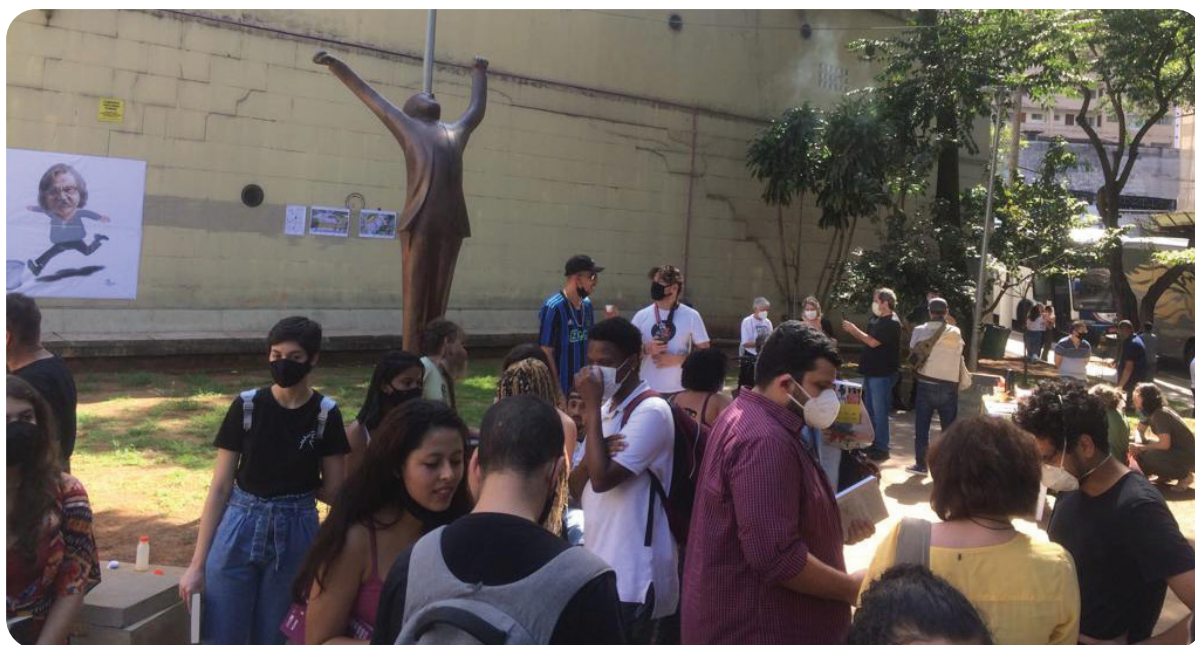
Além do lançamento da sétima edição do Dossiê Herzog, escrito pelo jornalista Fernando Pacheco Jordão, houve o replantio de uma muda de Ginkgo biloba doada pelo consulado japonês, árvore símbolo da esperança. Também ocorreram manifestações artísticas e a sessão de autógrafos com Eliane Scardovelli e Mayara Teixeira, jornalistas do Profissão Repórter da Rede Globo – atividade realizada pelos centros acadêmicos de jornalismo Benevides Paixão, Lupe Cotrim e Vladimir Herzog.

Para Sérgio Gomes, fundador do Instituto Oboré, jornalista e do Conselho Deliberativo do Instituto Vladimir Herzog, a Praça finalmente é do povo, após a luta junto à Câmara, por um espaço que fosse ao mesmo tempo um lugar “do encontro”, e para a memória do jornalismo e da História brasileira.

Nesse dia simbólico para o exercício jornalístico e o resgate da memória brasileira, a cerimônia reuniu artistas, estudantes e figuras políticas do legislativo paulistano para, além de uma confraternização, um ato em defesa da liberdade de expressão e de imprensa. “Viva Vlado. Vlado vive”



© Camilo Mota



© Julio Cesar Ferreira





© José Arbex Jr.



© Camilo Mota

© Camilo Mota



# O persistente descaso com os gramados em estádios brasileiros

*País ainda se preocupa pouco com um dos fatores mais decisivos para garantir partidas de qualidade*

© Reprodução



Gramado da Arena da Amazônia antes do tratamento intensivo

Por Gustavo Pereira, Lucas G. Azevedo e Thomaz G. Cintra

O futebol é um esporte imprevisível. Uma partida pode ser decidida a qualquer momento, pela ação ou saída de um jogador, um erro de arbitragem ou até mesmo a condição do campo.

Um estudo realizado pelo Observatório de Futebol do Centro Internacional de Estudos de Esporte (CIES Football Observatory) concluiu que o futebol brasileiro é o 26º colocado no ranking de campeonatos mais intensos do planeta. A pesquisa mostra que apenas 7,05% do percurso percorrido em jogos são corridas de alta intensidade (19,8km/h), enquanto que na Premier League esse índice sobe para 7,82%. Uma das explicações para essa diferença é a qualidade dos gramados.

Em entrevista ao **Contraponto**, o comentarista da ESPN Mário Marra afirmou: “Todos os campos do campeonato inglês são muito bons, os da segunda divisão também”. A situação ruim afeta o jogo ofensivo e de posse de bola, como conta Bruno Ferreira, jogador do Aimoré, ao jornal: “O estado inadequado afeta o fluir do jogo, principalmente para equipes de jogo apoiado, com a posse de bola mais organizada, além disso, devido às más condições o campo fica mais pesado e o atleta se esforça mais, assim cansando mais rápido”.

Outra preocupação para os clubes é a possibilidade de lesões, em conversa também com o **Contraponto**, o chefe do

departamento médico do Palmeiras, Dr. Gustavo Magliocca, explicou que: “Um gramado irregular pode aumentar o número de entorses e torções articulares, tal como lesões musculares”. O doutor ainda afirma que, a longo prazo, jogar nesses campos pode levar a contusões que envolvem cartilagem e ossos, com potencial risco de dano estrutural.

## Mas porque a situação é tão precária?

Segundo Mário Marra, “alguns estádios ficaram muito tempo sem serem utilizados e hoje tem jogos regularmente”. Ele também afirma que há arenas que não recebem o cuidado adequado, por não ser prioridade dos donos desses locais, como os clubes ou a prefeitura. Um exemplo disso é a Arena da Amazônia: a construção feita para a Copa do Mundo de 2014 quase não recebe jogos e precisou passar por tratamento intensivo para poder receber a seleção brasileira nas Eliminatórias da Copa neste ano.

Durante a Copa América de 2021 também ocorreram diversas críticas a qualidade dos gramados no país. Neymar, craque da seleção brasileira, postou a seguinte mensagem em suas redes sociais após uma partida no Estádio Nilton Santos: “Comemorando o gol no ‘belo’ gramado do Engenhão”, acompanhada da hashtag #porfavorarrumaocampo.



No mesmo palco, o técnico da Argentina Lionel Scaloni reclamou do relvado: “Aos 10 minutos, você não conseguia mais jogar. Um bom campo é essencial para um bom futebol”. A competição encerrou há cinco meses, mas a situação de vários estádios continua a mesma.

Em divisões inferiores, a preocupação com a qualidade é menor ainda. Com alguns campos deformados e atrapalhando muito no andamento da partida, Bruno Ferreira lembrou de um lance que acabou com o confronto: “Estava em um jogo contra o Sapucaense e em chute do adversário a bola desviou no famoso ‘morrinho artilheiro’, o goleiro foi enganado e acabamos sofrendo o gol”.

Além disso, o número de faltas nos gramados em más condições é preocupante, segundo Murilo Misson, árbitro da CBF, em entrevista ao **Contraponto**: “O jogo se torna mais faltoso, o controle da bola fica mais difícil, então é esperado que aconteçam mais lances de disputa pela bola. Também podem ocorrer faltas inesperadas como um recuo para o goleiro ou a bola sair do controle de um defensor e ele precisar fazer a falta”.

Murilo ainda explicou que uma partida pode ser adiada ou até mesmo cancelada

de acordo com as condições do campo. No Art. 19 da CBF, o árbitro tem o direito de interromper o jogo devido a mau estado do gramado, de modo que a partida se torne impraticável ou perigosa.

Apesar de existirem regras para evitar o jogo em condições arriscadas, a CBF não possui regulamento para padronizar a qualidade dos gramados, apenas fazem análise da qualidade do solo e dão dicas para a manutenção. Os únicos padrões exigidos são referentes a tamanho e equipamentos.

### Mas quais as alternativas?

O **Contraponto** conversou com Alesandro Oliveira, diretor da Soccer Grass, empresa responsável pelo gramado sintético utilizado no Allianz Parque e ele citou suas vantagens: “O gramado não vai sofrer tanto com deformações quanto o natural. Além disso, os cuidados são bem mais baratos por não precisar utilizar tantos produtos e mão de obra”.

Ele também explicou que o campo demora muito mais para se desgastar, cerca de seis anos até aparecerem os efeitos. O CEO ainda diz que a qualidade da grama sintética evoluiu nos últimos anos, portanto, a diferença para a orgânica não é tão

grande e, com a manutenção adequada, a bola não correrá tanto, como acontece em quadras de *society* alugadas para jogos recreativos.

Outro cenário seria os clubes obterem um estádio próprio, como na Inglaterra. Mário Marra afirmou que “lá, os campos são dos clubes, eles têm condição de zelar pelo seu patrimônio e oferecer exibições melhores”.

Porém, no Brasil é diferente. Essa solução exige boa saúde financeira, devido ao alto custo de manter um campo nas condições ideais. Somado à crise financeira que muitas instituições vivem, parece um futuro distante. Além disso, diversos estádios pertencem ao poder público, portanto a atenção a esses detalhes não é uma prioridade.

Apesar disso, existem gramados de qualidade administrados pelo poder público. Em casos como os de Engenheiro e Beira-Rio, o jornalista comentou que os administradores deveriam colocar especialistas a cargo dos cuidados e preservação dos campos, para assim manter o alto nível.

A torcida volta aos estádios e deseja assistir a um espetáculo, mas no momento, a condição dos gramados impede essa realidade.



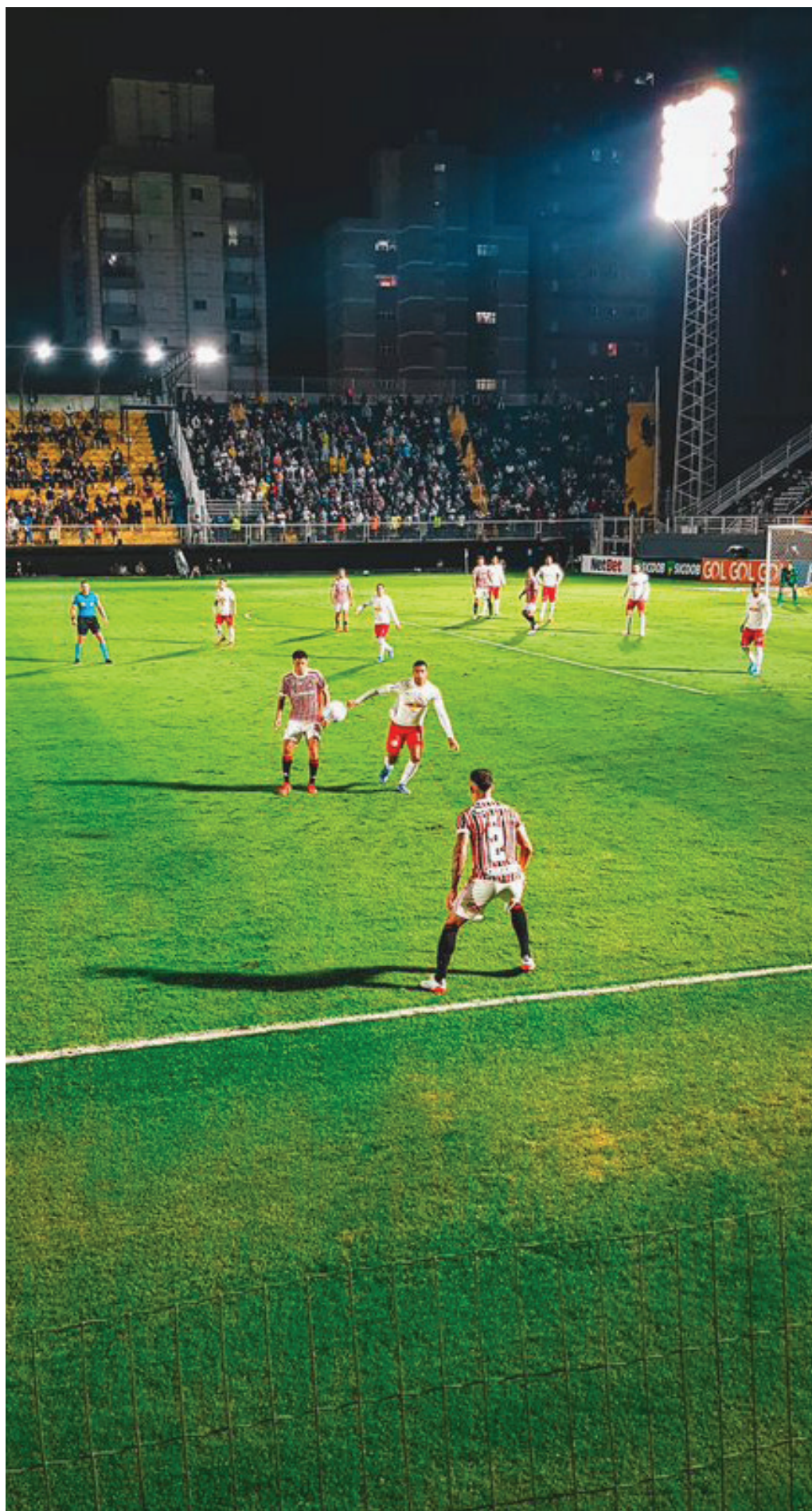
© Reprodução

Gramado sintético instalado no Allianz Parque



# A volta do público aos estádios

Como foi o retorno do torcedor paulista aos jogos após um ano e meio afastado por conta da pandemia



© Vinicius Vilas Boas

Por Anna Cecilia Nunes Dias, Lucas Malagone e Vinicius Pereira Vilas Boas

Depois de mais de um ano sem a permissão de torcidas nos eventos de futebol, todos os campeonatos disputados voltaram a permitir a entrada do público. Esse retorno acontece com limites de capacidade, mas ainda é a atração do mês de outubro no âmbito esportivo, já que muitos clubes usam o apoio dessas massas para obter bons resultados.

Este retorno do público implica o estabelecimento de regras para a segurança no local, definidas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A entrada nos estádios será permitida somente para aqueles que tomaram a segunda dose contra a Covid-19 (CoronaVac, AstraZeneca e Pfizer) ou a dose única (Janssen). Para as pessoas que tomaram apenas a primeira dose, só podem ingressar com o teste negativo com validade de 48h (PCR), ou de 24h para os testes de antígeno.

Em meio às dificuldades causadas pelas condições epidemiológicas, o Comitê Científico do Estado de São Paulo autorizou a volta do público aos estádios a partir do dia 2 de outubro. Inicialmente, a ocupação das Arenas foi de 30%, e depois do dia 16 de outubro essa capacidade subiu para 50%, seguindo as normas sanitárias e o uso de máscaras.

Jogo entre Red Bull Bragantino x São Paulo  
pelo campeonato brasileiro



Segundo o governador paulista, João Dória, ao ser perguntado sobre esta decisão, comentou: “O futebol terá também seu protocolo, com a liberação dos estádios em São Paulo a partir do dia 1º de novembro, com protocolos assim como da Fórmula 1, para garantir a volta gradual e segura das torcidas aos estádios de futebol.”

O primeiro fim de semana com retorno do público, no dia 9 de outubro, com a partida Palmeiras x Red Bull Bragantino, teve cerca de 9.500 ingressos comercializados – com capacidade reduzida a 30% por determinação do Governo estadual. Com todos os protocolos necessários sendo seguidos, havia uma carga de emoção entre as pessoas presentes.

Apesar de um dia chuvoso, era perceptível o clima de saudade e emoção das pessoas já nos bares arredores dos estádios, ao encontrar os amigos que não viam desde a pandemia. Este clima é parecido com o dos jogos antes do começo da COVID-19, com grupos nas ruas bebendo cerveja, cantando músicas e rindo após os apitos finais. Mesmo com os ânimos, grande parte da torcida se preocupava com a pandemia e o uso das máscaras em qualquer situação, sendo nas ruas ou nos bares.



© Vinicius Vilas Boas

Jogo entre Red Bull Bragantino x São Paulo com 50% do público

© Lucas Malagone



Volta do público no estádio Allianz Arena entre Palmeiras x Red Bull Bragantino

Havia também as medidas preventivas sendo aplicadas, com passagem por duas triagens: a primeira media a temperatura, ainda que de forma equivocada por ser feita no pulso, ao invés da maneira correta, pela testa. A segunda exigia o comprovante de vacinação, podendo ser o físico ou o online disponibilizado pelo aplicativo ConectSus ou pelo E-Saúde. Por último, também havia a tradicional revista de segurança.

Dentro do estádio além da obrigatoriedade das máscaras, havia marcações nas cadeiras para um distanciamento social considerado seguro, apesar de ele deixar de existir ao começar os cantos da torcida, agitando os torcedores. Entretanto, houve um cumprimento de boa parte dos protocolos exigidos nos setores do estádio.

Muitas pessoas choraram ao pisar novamente no estádio de futebol, e depois continuavam com gritos e vibrações apoiando seu time. Eram torcedores colocando para fora toda a agonia e angústia de um ano e meio de pandemia, com a sensação de poder reviver a normalidade de assistir eventos esportivos fora de suas residências.

Além deste evento, outros demais jogos foram acompanhados por nossa





Torcedores no estádio Nabi Abi Chedid na partida entre Red Bull Bragantino e Flamengo

equipe do CP, como: Red Bull Bragantino x Flamengo, no estádio Nabi Abi Chedid, e Red Bull Bragantino x São Paulo, com permissão de 50% do público e torcida visitante. Nesse primeiro, a volta do público em Bragança Paulista trouxe situações vexatórias que atrapalharam um reinício saudável: torcedores do Bragantino, além de descumprirem o uso da máscara, cuspiram em direção ao banco de reservas do Flamengo.

Apesar dessa hostilidade no retorno das atividades, a outra partida, que permitiu 50% do público e da torcida visitante, obteve êxito. Com os torcedores respeitando mais as medidas preventivas e o reforço da segurança dentro do estádio, houve um espetáculo entre as duas torcidas e o jogo resultou na vitória de 1x0 do mandante Bragantino.

Entretanto, a volta do público não favorece apenas o amante de futebol, porque os clubes também se beneficiam. Durante as paralisações das atividades e sem a presença da torcida por mais de um ano, essas associações sofreram grandes quedas em sua economia. A força, tanto em novos sócios torcedores surgindo quanto em bilheteria semanal voltando, coopera para uma melhora nas rendas anuais. Mesmo com vantagens financeiras, os interesses esportivos também ajudam, porque os times adquirem um 12º jogador com o canto e motivação dos torcedores.



Torcida do Bragantino comemora gol em estádio

Ainda com as vantagens citadas, há dificuldades em mediar um valor que possibilite a recuperação dos prejuízos, mas que também seja acessível aos torcedores. Como foi o caso da volta do público no estádio Cícero Pompeu de Toledo, no qual a equipe do São Paulo vendeu seus ingressos no valor mínimo de R\$ 60,00 e causou a revolta de grande parte da torcida que não conseguia pagar estes valores. Em razão da polêmica, o retorno ao "Morumbi" teve baixa adesão do público e o São Paulo optou em diminuir os preços para contar com mais apoio do que lucros, nos próximos jogos.

A permissão da volta dos torcedores aos eventos, desde que seguidos os protocolos, pode ser uma experiência segura. Entretanto, com as comemorações em momentos únicos, como os gritos de "gol", existe a possibilidade de um desrespeito ao distanciamento e o uso de máscaras, uma situação passível de transmissão do vírus. Além disso, os clubes notam a importância de ajustar valores consideráveis, para que possam ter todo o apoio permitido de sua torcida nas próximas partidas.